



Anais da Assembléia

Nº 42

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 24 DE ABRIL DE 1991

ANO XVII

Atos da Presidência:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/91

DATA: 22 de abril de 1991.

SÚMULA: Autoriza o Senhor Governador do Estado a se ausentar do País, por seis dias, à partir do dia 23.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica autorizado o afastamento do Senhor Governador Roberto Requião, por 6 (seis) dias, a partir do dia 23, com destino ao Paraguai, a fim de tratar de assuntos de interesse do Estado.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio "XIX de Dezembro", em 22.04.91.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 24/91

DATA: 17/04/91

SÚMULA: Autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do município de Água Boa.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do município de Água Boa, com território desmembrado do município de Paçandu.

Descrição: Do ponto inicial, foz do ribeirão Chapecó, sobe pelo ribeirão Chapecó (divisa intermunicipal com Ourizona) até encontrar a linha de divisa intermunicipal com Paçandu; segue por esta divisa intermunicipal em linha reta e seca sentido norte-sul, cortando o lote 14 e passando pela divisa dos lotes 176, 83, 131 (inclusive), 82 e 130 (exclusive), até o córrego do Fugitivo; desce por este até o córrego Babaçu; córrego Babaçu até a divisa dos lotes 433, 426, 31 (inclusive) e 444, 434, 427 e 30 (exclusive); pela divisa dos lotes retro citados sentido norte-sul até a nascente do córrego Calixto; córrego Calixto até sua foz no ribeirão Paçandu (divisa intermunicipal com Ivatu-

ba); deste ponto por linha reta e seca, sentido cortando os lotes 48, 92, 100, 111, até a estrada Graças a Deus; deste ponto, por linha reta e seca, sentido leste-oeste, passando pela divisa do lote 257 (inclusive) até a nascente da Água do Corote; Água do Corote até sua foz no ribeirão Bandeirantes do Sul; desce este até a foz do ribeirão Chapecó, ponto inicial e final.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA ATA DA 031.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 1991

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado João Arruda, secretariada pelos Senhores Deputados Ademar Traiano e Hermas Brandão.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Preis, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (45). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Algaci Túlio, Cezar Silvestri, João Iensen, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, Luiz Antonio Setti, Mário Bezerra, Nilton Barbosa e Nilton César Servo (09).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (João Arruda) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 18/91

Curitiba, 22 de abril de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva instituir a Secretaria de Estado da Cidadania e da Justiça e transformar a atual Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social em Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social, assim como adotar outras providências.

O plano de lei ora submetido a essa augusta Assembléia Legislativa consulta aos superiores interesses da Administração e aos anseios da comunidade, eis que, instituindo, como Pasta permanente, na estrutura organizacional básica do Poder Executivo, a Secretaria de Estado da Cidadania e da Justiça, cujas principais atribuições estão englobadas no âmbito de ação da atual Secretaria de Estado da Justiça e da Ação Social, dela hoje destacadas com a nomeação de um Secretário Especial, virá, essa medida, ensejar as condições necessárias no sentido de uma melhor e mais eficiente atuação do Estado nessa importante área da atividade pública.

Em razão disso, a área do trabalho e da ação social passará a ser atendida pela denominada Secretaria do Trabalho e da Ação Social, que contará com estrutura e atribuições remodeladas e definidas de forma a capacitar o Estado a desempenhar, também nesse setor, trabalho eficiente e plenamente voltado aos legítimos interesses da classe trabalhadora e, ainda, um melhor atendimento às atividades públicas no campo da assistência social.

Por outro lado, vale lembrar que a Magna Carta Federal, ressaltando a Cidadania como um dos fundamentos constitutivos do Estado Democrático Brasileiro, dá motivação a que também as administrações estaduais estruturem-se de modo a oferecer aos cidadãos a plena garantia para o exercício dessa prerrogativa.

Ademais, por oportuno, é importante esclarecer que a medida, pela forma como está posta, atende "moção" do "VII Encontro Nacional dos Secretários Estaduais de Justiça", realizado em Porto Alegre, nos dias 6, 7 e 8 de dezembro passado, a qual demonstra aos Governadores dos Estados a necessidade de gerenciarem junto às respectivas Assembléias Legislativas no sentido da inclusão do vocábulo "Cidadania", na denominação das Pastas estaduais e que as mesmas atuem amplamente nessa área.

O anteprojeto de lei proposto contém, ainda, dispositivos visando a criação ou transferência dos cargos de provimento em comissão necessários ao funcionamento da nova Secretaria de Estado, assim como autorizando abertura de crédito de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros) para atendimento de despesas com sua implantação.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica instituída, na estrutura organizacional básica do Poder Executivo Estadual, a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJU, tendo por finalidade a supervisão e a fiscalização da aplicação de penas de reclusão e de detenção e a administração do sistema penitenciário; o relacionamento administrativo com os órgãos de Justiça; a perfeita integração com o Governo Federal sobre matéria de aplicação de Justiça; a orientação e a proteção ao consumidor; a promoção e a defesa dos direitos da cidadania; o estabelecimento de diretrizes e a proposição da política estadual de prevenção, de repressão e de fiscalização do uso de entorpecentes; o desenvolvimento de estudos e a adoção de medidas destinadas à preservação dos direitos humanos e sociais e à garantia das liberdades individuais e coletivas, bem como do ordenamento social; a coordenação e o controle da prestação dos serviços de assistência jurídica gratuita aos necessitados; a administração dos serviços relativos à publicação de documentos e à reprodução de atos oficiais; o registro e o controle de atividades comerciais, a execução das atividades relativas à metrologia.

§ 1º - Passam a integrar a estrutura básica da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, o Departamento Penitenciário do Estado do Paraná - DEPEN, a Defensoria Pública do Paraná - DPP a que se refere o Anexo ao Decreto nº 1.185, de 19 de agosto de 1987 e o Decreto nº 5.429, de 25 de julho de 1989, o Conselho Estadual de Entorpecentes, o Conselho Penitenciário do Estado e o Conselho Permanente dos Direitos Humanos.

§ 2º - A definição das unidades do nível departamental integrantes da estrutura básica da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJU, será estabelecida de conformidade com a Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, através de Regulamento aprovado por ato do Chefe do Poder Execu-

tivo.

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social - SEJA, instituída pela Lei nº 9.005, de 08 de junho de 1989, fica transformada em Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social - SETA, tendo por finalidade a promoção e o estímulo para a regularização do mercado de trabalho e do sistema de emprego; o desenvolvimento de atividades relacionadas à engenharia de segurança e medicina do trabalho; a formação e o aperfeiçoamento da mão-de-obra; a promoção de intermediação da mão-de-obra; o relacionamento com organismos que congreguem empregados e empregadores; a promoção e o incentivo ao desenvolvimento comunitário; a assistência e a proteção à maternidade, à infância, à velhice, aos socialmente desajustados e aos inválidos; a prestação de serviços assistenciais, especialmente ao trabalhador, aos indigentes e aos menores carentes.

Parágrafo Único - A definição das unidades do nível departamental integrantes da estrutura básica da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social - SETA, será estabelecida de conformidade com a Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, através de Regulamento aprovado por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º - O Fundo Penitenciário do Estado, criado pela Lei nº 4.955, de 13 de novembro de 1964 e alterado pela Lei nº 7.981, de 30 de novembro de 1984, passa a vincular-se à Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania.

Parágrafo Único - O Conselho Diretor, de que trata o art. 1º da Lei nº 7.981/84, será presidido pelo Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania.

Art. 4º - A Junta Comercial do Paraná - JCP, o Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná - IPEM/PR e o Departamento de Imprensa Oficial do Estado - DIOE passam a vincular-se à Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJU.

Art. 5º - O Poder Executivo Estadual adotará as providências necessárias para o remanejamento do pessoal e da carga patrimonial da atual Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social para a Secretaria da Justiça e da Cidadania e para a Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social.

Art. 6º - A Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania substituirá a Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social como interveniente em acordos, consórcios, contratos e outros instrumentos similares firmados até esta data, com as esferas municipais, estaduais e federal e entidades privadas relativos às atividades mencionadas no art. 1º desta lei, bem como a Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social substituirá a

Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social para fins semelhantes no que se refere às atividades relacionadas no art. 2º desta lei.

Art. 7º - Ficam criados os seguintes cargos de provimento em comissão:

I - na Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania:

- 1 cargo de Secretário de Estado;
- 1 cargo de Diretor-Geral de Secretaria de Estado, símbolo DAS-1;
- 1 cargo de Chefe de Gabinete, símbolo DAS-5;
- 1 cargo de Assistente Técnico do Diretor Geral, símbolo DAS-5;
- 2 cargos de Chefe de Coordenadoria, símbolo DAS-5;
- 1 cargo de Assessor, símbolo DAS-5;
- 1 cargo de Assessor Penitenciário, símbolo DAS-5;
- 1 cargo de Diretor do Hospital Penitenciário, símbolo DAS-5;
- 1 cargo de Diretor da Unidade de Regime Semi-Aberto Feminino, símbolo DAS-5;
- 1 cargo de Diretor do Patronato, símbolo DAS-5;
- 1 cargo de Diretor da Escola Penitenciária, símbolo DAS-5;
- 2 cargos de Assessor, símbolo 1-C;
- 2 cargos de Chefe de Segurança de Unidade Penal, símbolo 2-C;
- 2 cargos de Assessor, símbolo 2-C;
- 2 cargos de Assistente Penitenciário, símbolo 2-C;
- 2 cargos de Assistente, símbolo 3-C;
- 2 cargos de Assistente, símbolo 4-C;
- 2 cargos de Oficial de Gabinete, símbolo 6-C;
- 2 cargos de Assistente Penitenciário, símbolo 6-C;
- 2 cargos de Assistente, símbolo 7-C;

II - na Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social:

- 1 cargo de Assessor, símbolo DAS-5;
- 2 cargos de Assessor, símbolo 1-C;
- 1 cargo de Assistente, símbolo 4-C;
- 2 cargos de Oficial de Gabinete, símbolo 6-C;
- 2 cargos de Assistente, símbolo 7-C;

III - na Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral:

- 1 cargo de Chefe de Grupo Setorial, símbolo 1-C;
- 1 cargo de Assistente Técnico de Grupo Setorial, símbolo 2-C;

IV - na Secretaria de Estado da Fazenda:

- 1 cargo de Chefe de Grupo Setorial, símbolo 1-C;
- 1 cargo de Assistente Técnico de Grupo Setorial, símbolo 2-C;

V - na Secretaria de Estado da Administração:

- 1 cargo de Chefe de Grupo Administrativo Setorial, símbolo 1-C;

- 1 cargo de Chefe de Grupo de Recursos Humanos Setorial, símbolo 1-C;

- 1 cargo de Assistente Técnico de Grupo Administrativo Setorial, símbolo 2-C;

- 1 cargo de Assistente Técnico de Grupo de Recursos Humanos Setorial, símbolo 2-C;

VI - na Secretaria de Estado da Comunicação Social:

- 1 cargo de Chefe de Centro de Comunicação Social, símbolo 1-C;

Art. 8º - Ficam transferidos os seguintes cargos de provimento em comissão:

I - da Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social para a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania:

- 1 cargo de Chefe do Departamento Penitenciário do Estado do Paraná, símbolo DAS-4, passando a denominar-se Coordenador-Geral do Departamento Penitenciário do Estado do Paraná;

- 1 cargo de Diretor da Prisão Provisória de Curitiba, símbolo DAS-5;

- 1 cargo de Diretor da Penitenciária Central do Estado, símbolo DAS-5;

- 1 cargo de Diretor da Colônia Penal Agrícola, símbolo DAS-5;

- 1 cargo de Diretor do Manicômio Judiciário, símbolo DAS-5;

- 1 cargo de Diretor da Penitenciária Feminina, símbolo DAS-5;

- 1 cargo de Diretor do Centro de Observação Criminológica e Triagem, símbolo DAS-5;

- 1 cargo de Assistente, símbolo 1-C, passando a denominar-se Assessor;

- 6 cargos de Vice-Diretor de Unidade Penal, símbolo 1-C;

- 1 cargo de Assistente, símbolo 2-C, passando a denominar-se Assessor;

- 6 cargos de Chefe de Segurança de Unidade Penal, símbolo 2-C;

- 1 cargo de Assistente, símbolo 3-C.

II - da Procuradoria Geral do Estado para a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, 1 cargo de Chefe da Defensoria Pública do Paraná, símbolo DAS-5.

Art. 9º - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a abrir um crédito especial até o valor de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros) para atender às despesas de implantação da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania e a realização de suas atividades no corrente exercício.

Art. 10 - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado, dentro dos limites dos respectivos créditos, a proceder por decreto as transferências dos saldos orçamentários das unidades extintas ou remanejadas a fim de atender aos objetivos desta Lei.

Art. 11 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

posições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIO

Sob os n.ºs DTL/SAT/121, 122, 123, 124, 125, 126 e 127/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei números:

11/91: De autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Higienópolis - AMOHI, com sede e foro no município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9.590. Anote-se - Arquite-se.

73/91: De autoria do Deputado CAÍTO QUINTANA, que concede o título de cidadão benemérito do Estado do Paraná ao Senhor PEDRO MUFFATO, desportista e empresário do município de Cascavel, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9.591. Anote-se - Arquite-se.

57/91: De autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que declara de utilidade pública a Ação Social de São Martinho de Lima, com sede à rua Natal, 1650, Vila Camargo e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9.592. Anote-se - Arquite-se.

53/91: De autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que concede o título de cidadã benemérita do Estado do Paraná a Senhora EDITE PIZZATTO, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9.593. Anote-se - Arquite-se.

61/91: De autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores de Quatis, com sede e foro no município de Ipiranga, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9.594. Anote-se - Arquite-se.

35/91: De autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que dá nova redação ao art. 1º da Lei n.º 9235, de 30 de abril de 1990, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária Evangélica Canaã, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9.595. Anote-se - Arquite-se.

46/91: De autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que suprime o parágrafo único do artigo 1º da Lei Estadual número 9264/90, de 24 de maio de 1990, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9.596. Anote-se - Arquite-se.

Ofício 286/91

Curitiba, em 22 de abril de 1991.
Senhor Presidente.

Comunico a Vossa Excelência, que na data de 23 do corrente mês de abril, esta-

rei ausente da Assembléia Legislativa e conseqüentemente da sessão plenária correspondente, em virtude de reunião com o Presidente da Itaipu Binacional, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e prefeitos dos municípios limítrofes ao Lago de Itaipu na cidade de Marechal Cândido Rondon.

Ao ensejo, reafirmo meus melhores protestos de estima e consideração.

(a) ÉLIO RUSCH

Ofício 161/91-GP

Curitiba, 22 de abril de 1991.
Senhor Presidente.

Cumprimentando-lhe, cordialmente, venho informar a Vossa Excelência, para efeito de justificativa de ausência às sessões legislativas, que o Senhor Deputado Algaci Túlio encontra-se na cidade de Brasília, Distrito Federal, representando a Associação de Vice-Prefeitos do Paraná, VICEPAR, no Debate Nacional de Vereadores, Prefeitos e Vice-Prefeitos, realizado nos dias 22, 23 e 24 do mês corrente, conforme programação anexa.

Limitada ao exposto e certa da sua proverbial atenção, antecipo-lhe votos de elevada estima e distinto apreço.

(a) IOLE MARIA REGASSI

Chefe de Gabinete

p/ Deputado Algaci Túlio

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 876

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a votação em regime de urgência do Projeto de Lei n° 126/91, e inclusão na Ordem do Dia de segunda-feira, dia 29, pois o referido projeto já possui todos os pareceres das comissões competentes.

Sala das Sessões, em 24.04.91.

(a) DIRCEU MANFRINATO

REQUERIMENTO N° 882

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n° 144/91, que concede abono de 40% aos servidores das entidades da administração indireta.

Sala das Sessões, em 24.04.91.

(a) EMÍLIA BELINATI

REQUERIMENTO N° 888

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão em pauta para discussão do Projeto de Re-

solução n° 16/91, após dez sessões do requerimento de seu adiamento, nos termos do que preceitua o art. 159 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 24.04.91.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

Preceitua o art. 159 do Regimento Interno, que o adiamento da discussão de qualquer projeto "não excederá a dez sessões".

Nestes termos, é inequívoco que o Plenário em aprovar o requerimento do adiamento por 20 (vinte) dias de discussão ao Projeto de Resolução n° 16/91, incorreu em erro, por violar frontalmente disposição regimental, eis que sobrepondo-se ao Regimento Interno e em flagrante desrespeito ao aludido dispositivo versado, aprovou o mencionado requerimento.

Nestes termos pleiteia-se a aprovação da presente proposição.

REQUERIMENTO N° 878

Senhor Presidente.

Requeiro, com base no Regimento Interno, o adiantamento por 01 (uma) sessão da discussão do Projeto de Lei n° 10/91, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 24.04.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 889

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a inserção na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, desta Assembléia Legislativa, Associação Comercial e Industrial de Apucarana transcorrido no dia 17 do corrente mês de abril.

Requer, outrossim, da decisão desta Casa seja dado conhecimento à direção daquela entidade, na pessoa de seu presidente Senhor MILTON GERALDO LAMPE.

Sala das Sessões, em 24.04.91.

(a) COSTENARO NETO

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 1949, a Associação Comercial e Industrial de Apucarana vem-se constituindo em autêntico baluarte do desenvolvimento empresarial não só de Apucarana, mas de toda a região.

Ao longo dos anos, as diversas Diretorias souberam conduzir a entidade com dedicação e, sobretudo, muita determinação. Tornaram-se porta-vozes dos anseios e das aspirações do empresariado apucaranes, fazendo ecoar suas reivindicações e, ao mesmo tempo, emprestando aos poderes constituídos, colaboração e apoio na solução de problemas da coletividade.

Por isso, a ACIA se fez credora do respeito e da admiração da comunidade apu-

caranense, assim como do povo de todo o Vale o Ivaí, que vê em sua atuação um exemplo a ser seguido.

E esta Assembléia Legislativa, atenta aos fatos e à realidade de nosso Estado, com este voto de congratulações, faz coro às inúmeras e justificadas manifestações de regozijo pelo 42º aniversário da ACIA - Associação Comercial e Industrial de Apucarana.

REQUERIMENTO N° 883

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das atribuições que lhe são conferidas REQUEREM, após ouvido o egrégio Plenário, seja solicitado do senhor Chefe do Poder Executivo Estadual e do Senhor Secretário de Estado da Comunicação Social o envio a este Legislativo de cópia autêntica dos contratos de publicidade celebrados a partir de 1º de março de 1991, acompanhados dos respectivos processos licitatórios e de breve comentário acerca do conteúdo e dos objetivos das peças publicitárias veiculadas no rádio, jornal ou televisão.

Sala das Sessões, em 24.04.91.

(aa) ERNANI PUDELL,
DOUTOR ROSINHA e
OVIDIO CONSTANTINO

REQUERIMENTO N° 887

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM o fornecimento de cópia autêntica das peças correspondentes aos processos licitatórios encaminhados a este Legislativo nos termos do disposto na Lei n° 8.358, de 05/09/86, referentes aos concursos de preços implementados em 1990 e 1991, até a presente data.

Sala das Sessões, em 24.04.91.

(aa) ERNANI PUDELL,
DOUTOR ROSINHA e
OVIDIO CONSTANTINO

REQUERIMENTO N° 866

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente, com cópia desta proposição, ao Governador do Estado, Secretário de Estado da Fazenda, ao Secretário de Estado da Indústria e Comércio, ao Secretário de Estado do Planejamento e ao Vice-Governador do Estado, manifestando apoio à iniciativa da campanha de arrecadação de ICMS deflagrada pelo Poder Executivo, reconhecimento à forma cívica com que a referida campanha vem sendo veiculada nos meios de comunicação e propondo, para o sucesso pleno e conquista de total credi-

bilidade da campanha junto aos contribuintes e à população, a formação de Conselho Consultivo, composto pelos secretários retro-mencionados e por representantes da Associação dos Municípios do Paraná, do Conselho das Associações Comerciais e Industriais do Paraná, da Federação das Indústrias do Estado, Federação da Agricultura do Estado e Federação dos Contabilistas dos Paraná, para debater e acompanhar o comportamento da receita estadual em decorrência desta campanha, inclusive estudar a simplificação do sistema tributário do Estado - facilitando a vida do contribuinte - e até a possibilidade de redução das alíquotas de impostos, bem como, a inclusão, no plano plurianual, de destinação de recursos para o Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado e para os Fundos Municipais de Desenvolvimento, proporcionalmente à arrecadação de cada Município, para o incentivo anual ao investimento agroindustrial.

Seja dado conhecimento, com envio de cópia deste requerimento, à Associação, Conselho e Federações supramencionadas.

Sala das Sessões, em 24.04.91.

(a) ALBINO CORAZZA

JUSTIFICATIVA:

A campanha incitada pelo Governo do Estado, com a finalidade de aumentar a arrecadação de ICMS, chama à atenção do contribuinte e do cidadão paranaense de modo geral por alertar sobre a responsabilidade de cada um no processo de viabilização das melhorias solicitadas por todos os paranaenses e por estar descaracterizada de qualquer promoção pessoal voltando-se ao sentimento pátrio de civismo com a assinatura da Bandeira do nosso Estado. Este procedimento merece continuidade.

Qualquer iniciativa do Poder Público terá tanto mais êxito quanto mais conseguir a credibilidade do público alvo. A credibilidade aumentará à medida que a própria comunidade interessada tiver assegurada a participação de seus segmentos organizados no acompanhamento a todo desenrolar da atividade proposta, opinando, debatendo, discutindo, sugerindo e fiscalizando sua execução. Prova dessa afirmação é a constatação do descrédito da população nacional em relação a assuntos que lhe dizem respeito, como a Previdência, por exemplo.

Os resultados das campanhas poderão ser mais expressivos se, além do sentimento de responsabilidade, for apresentado um mecanismo incentivador que desperte maior interesse mediante uma proposta de benefício direto e imediato aos colaboradores da campanha. O empenho dos empresários, produtores, consumidores, poderes públicos e comunidades dos municípios paranaenses será maior se lhes for garantido o retorno

Curitiba, quarta, em 24.04.91

de parte do aumento de arrecadação verificado em seu território, em forma de novos investimentos industriais, preferentemente agroindustriais.

Levantamentos técnicos provam que o investimento realizado na implantação de uma indústria gera, no prazo de dois anos, o mesmo montante do valor inicial em impostos, além de todos os demais benefícios sociais como empregos, alimentação e melhoria das condições de vida. O desemprego e os baixos salários provêm da redução de investimentos que têm como consequência a queda na produção, redução nas vendas, diminuição da arrecadação, aumento da violência, evasão escolar, crescimento desordenado dos grandes centros urbanos e declínio da qualidade de vida da população.

Países desenvolvidos apresentam taxas de juros e impostos que não ultrapassam índices da ordem dos 10%, e ostentam níveis de vida invejáveis, enquanto no Brasil os índices alcançam até 70% em muitos casos e o nível de vida é deplorável, além de se verificar que a contribuição obrigatória aos cofres públicos é feita com grande descontentamento pelos contribuintes que, por falta de transparência em muitos atos governamentais, não veem a aplicação devida nem o retorno esperado dos impostos por eles gerados. O Paraná poderia ser um modelo para o Brasil, com a iniciativa da participação dos segmentos produtivos em um Conselho Consultivo de ampla representatividade que promovesse a decisiva contribuição da sociedade paranaense, motivada pela garantia da reaplicação de seus impostos em fontes geradoras de mais arrecadação e conseqüente promoção de desenvolvimento integral em seus municípios. Estaria assim constituído um verdadeiro mutirão de aumento de arrecadação e crescimento do Paraná. Poder-se-ia assim, inclusive, promover a redução na alíquota do imposto, como prêmio aos municípios ou regiões que alcançassem maiores índices percentuais de aumento da arrecadação, sem prejuízo para a receita estadual que, mesmo cobrando taxas menores, teria compensado seu faturamento por arrecadações maiores.

A prática de reinvestimento do produto de arrecadação realizada no Estado de Santa Catarina, no final da década de 70, em programas de desenvolvimento que absorveram recursos da ordem de 10 por cento do imposto estadual, resultou em crescimento industrial do Estado.

A experiência de industrialização iniciada em Toledo, no Oeste do Estado, a partir do início da década de 80, prova numericamente o que afirmamos, pelos resultados das quatro primeiras unidades implantadas por iniciativa das lideranças

empresariais locais: os investimentos eram da ordem de 122.896 milhões de cruzeiros, gerando 52.967 milhões de cruzeiros em ICM por ano e 238 empregos diretos.

REQUERIMENTO N° 867

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o plenário, REQUER, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a atuação urgente da Secretaria para agilizar a solução do problema de acidentes graves de trânsito, na "Curva da Morte" localizada na BR 369, na saída de Rolândia, rumo a Arapongas.

Sala das Sessões, em 24.04.91.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

As condições técnicas da referida curva facilitam o escape dos veículos da mão de direção com a conseqüente invasão da pista contrária, provocando gravíssimos acidentes com várias mortes.

A população reclama providências. Melhor, sinalização, separadores de pista, enfim atitudes enérgicas são indispensáveis a proporcionar segurança ao local.

As estatísticas do DER apontam que semanalmente ocorrem acidentes e, mensalmente ocorrem mortes trágicas.

Com a presente espera-se da Secretaria dos Transportes, participe e acione os demais órgãos na esfera federal para uma solução técnica do problema.

REQUERIMENTO N° 868

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de solicitação oficial ao DIRETOR GERAL do 9° Distrito Rodoviário - DNER/PR, no sentido de que se realize estudos para a ampliação e remodelação do trevo de acesso ao Distrito de Iguatemi, município de Maringá - Rodovia BR-369, bem como a implantação de redutores de velocidade em sua proximidade.

Sala das Sessões, em 24.04.91.

(a) JOAO PREIS

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora se apresenta, visa atender diversas solicitações da população da Região, haja vista que a BR 369, nas proximidades do distrito de Iguatemi (Trevo de Acesso), gera sérios riscos às pessoas que por ali transitam, devido a alta velocidade utilizada pelos veículos que trafegam pela rodovia, sem o mínimo cuidado e respeito com os seus semelhantes.

Inúmeros são os acidentes ocasionados pelo estado atual daquele trevo de acesso,

que se encontra em péssimas condições e totalmente ultrapassado, causando sérios problemas quanto à segurança daqueles que por ali trafegam.

É mais do que justo, portanto, o atendimento da presente reivindicação que tem a finalidade de levar este benefício aos munícipes, que há muito aguardam a execução dessas obras.

REQUERIMENTO N° 869

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. SECRETÁRIO DE ESTADO DOS TRANSPORTES com vistas à ampliação e remodelação da rótula existente no entroncamento das PRs. 376 e 317, respectivamente, saídas de Maringá para Paranaíba e Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 24.04.91.

(a) JOAO PREIS

JUSTIFICATIVA:

O referido local, conhecido como Trevo da Norpa, recebe intenso e perigoso fluxo de veículos diariamente e, devido ao tráfego, que não comporta mais o tráfego registrado, vem ocorrendo muitos acidentes, inclusive com vítimas.

As duas rodovias mencionadas são importantes corredores para o comércio e para a indústria do Estado, e dentro deste contexto, a reivindicação ora formulada, uma vez atendida, permitirá eliminar uma série de transtornos que vem se verificando no local.

REQUERIMENTO N° 870

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Senhor Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, instalação de comarca no município de Mandirituba, a fim de atender reivindicação do Prefeito, Vereadores e Comunidade.

Sala das Sessões, em 24.04.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista o acúmulo de processos na Comarca de São José dos Pinhais, que aguardam solução, fazemos um apelo a Vossa Excelência, no sentido de criação da comarca de Mandirituba.

REQUERIMENTO N° 871

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Senhor Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do

Paraná, instalação de Comarca no município de Quitandinha, a fim de atender reivindicação do Prefeito, Vereadores e Comunidade.

Sala das Sessões, em 24.04.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista o acúmulo de processos na Comarca de São José dos Pinhais, que aguardam solução, fazemos um apelo a Vossa Excelência, no sentido de criação da comarca de Quitandinha.

REQUERIMENTO N° 872

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente a COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica, para que seja estendido à rede de energia elétrica, na rua Corbélia, 139 - bairro do Pinheirinho - Planta Sítio Cercado, a fim de atender solicitação da Associação de Moradores da Vila União Cristo Rei.

Sala das Sessões, em 24.04.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO N° 877

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Segurança Pública, no sentido de solicitar providências, para implantação de Subdelegacia, na localidade de Guará, Município de Guaraçuva.

Sala das Sessões, em 24.04.91.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento origina-se de antiga reivindicação da população dessa localidade, considerando-se que não existe policiamento naquele distrito, que hoje conta com uma população expressiva, a qual atualmente é atendida pela sede do município, distante 23 quilômetros, o que por si só, justifica a implantação de uma subdelegacia com viatura.

REQUERIMENTO N° 879

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Presidência da TELEPAR, no sentido de solicitar a implantação de linha telefone sistema DDD para localidade de Corvo Branco Distrito de Cândói, bem como solicitar a previsão para instalação daquele sistema.

Sala das Sessões em 24.04.91.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento vem ao encontro da antiga reivindicação da população de Cândói e em especial por iniciativa do Vereador Pedro Kavestki, tendo em vista a intensa demanda na utilização do sistema DDD, o que vem causando inúmeros transtornos, inclusive ao comércio que é quem mais se ressentido da falta do sistema.

Considerando-se, ainda, que Cândói já transformou-se em município, através da lei aprovada por esta Casa, tendo inclusive já realizado plebiscito aprovando seu desmembramento do município de Guarapuava, devendo já no próximo ano realizar eleições municipais, sendo imprescindível a instalação do sistema para o funcionamento do município.

REQUERIMENTO N° 886

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Dr. Mário Pereira, digníssimo Secretário de Estado dos Transportes - SETR, no sentido de que seja viabilizado recursos para a pavimentação asfáltica do trecho compreendido entre a sede de Mariluz e o distrito de São Luiz, passando pela Água do Salto.

Do aprovado, Requer, ainda, comunicação aos ilustres vereadores de Mariluz, Senhoras Ivone Perecim e Shizuko Yamamoto e ao Senhor Virgílio Alves Neto, bem como ao Prefeito Municipal.

Sala das Sessões, em 24.04.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O trecho de cerca de 35 Km de estrada de chão batido, tem causado diversos prejuízos à população residente no distrito de São Luiz, pois a chuva e a estiagem danificam sensivelmente a estrada e contribuem com isso com os estragos e danos nos veículos e dificuldades de escoamento de safra e deslocamento de pessoas.

REQUERIMENTO N° 873

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, a construção de redutores de velocidade na Estrada da Platina, no município de Santo Antônio da Platina.

Que do presente seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Dr. Mário Pereira, Secretário de Estado dos Transportes para as devidas providências.

Sala das Sessões, em 24.04.91.

(a) JOSÉ ARTUR RITTI

JUSTIFICATIVA:

Nossa solicitação encontra respaldo no fato de se pretender evitar acidentes por

excesso de velocidade como têm ocorrido por diversas vezes, com vítimas fatais, do que pretendemos nos precaver.

REQUERIMENTO N° 874

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER auxílio financeiro no valor de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) para conclusão da Unidade de Terapia Intensiva do Hospital Nossa Senhora da Saúde de Santo Antônio da Platina.

Do aprovado, REQUER, ainda, seja enviado correspondência ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Saúde para as devidas providências cabíveis.

Sala das Sessões, em 24.04.91.

(a) JOSÉ ARTUR RITTI

JUSTIFICATIVA:

Nossa solicitação encontra respaldo no fato de se pretender a conclusão das obras já iniciadas da UTI do Hospital Nossa Senhora da Saúde, de Santo Antônio da Platina, visando atender a população da região, dando-lhes uma atenção especial no que se refere à saúde pública.

REQUERIMENTO N° 875

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER verba de Cr\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil cruzeiros) para conclusão da Quadra de Esportes da Escola Estadual Padre Magno, Ensino de 1° Grau, no município de Jacarezinho, incluindo-se nesse valor também a iluminação correspondente.

Que, do aprovado seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Dr. Edson Gracia, Secretário de Estado do Esporte e Turismo.

Sala das Sessões, em 24.04.91.

(a) JOSÉ ARTUR RITTI

JUSTIFICATIVA:

Nossa solicitação prende-se ao anseio dos jovens estudantes que necessitam de uma área para praticar esportes durante as aulas de Educação Física e nos momentos de lazer, devidamente orientados pelos professores específicos, para um maior aprimoramento de nossa juventude, para que ela se sinta amparada e orientada.

REQUERIMENTO N° 881

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente endereçado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, objetivando à

priorização do asfaltamento entre o município de Teixeira Soares ao seu distrito de Guaragi.

Associando-nos a uma única voz daquela região, incansavelmente ecoada ao longo de mais de duas décadas, a pavimentação asfáltica de Teixeira Soares é uma antiga e inequívoca aspiração, reafirmada a cada momento das administrações públicas, tanto no âmbito regional, como em nível do Estado.

Não se trata de ligar um município a um de seus distritos apenas (são 26 quilômetros), o que por si só já seria importante, mas significa ligar duas destacadas regiões produtoras do Paraná, o Centro-Sul e os Campos Gerais, através das cidades de Irati (já asfaltada até Teixeira Soares) e de outro lado Ponta Grossa, (via PR-157).

Pelos motivos expostos, que essa Pasta venha a elencar, prioritariamente, a mencionada obra, cuja concretização representará, fora de qualquer dúvida, a verdadeira integração das suas trabalhadoras e ordeiras comunidades.

Sala das Sessões, em 24.04.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 880

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de correspondência dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, com o intuito de encarecer a pavimentação asfáltica ligando os municípios de Irati e São Mateus do Sul.

Torna-se perfeitamente dispensável ter maiores comentários com relação à importância econômico-social de Irati e São Mateus do Sul, municípios que, integrados nas Regiões Centro-Sul e Vale do Iguaçu respectivamente, têm dado a sua inestimável parcela no processo desenvolvimentista do Paraná. Entretanto, é fundamental destacar o elevado significado do asfaltamento do aludido trecho, servindo como corredor de cargas com o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, no sentido São Mateus do Sul e com o Norte do Paraná e São Paulo, por Irati.

Que os seus 55 quilômetros de estrada, cujo percurso é hoje feito em condições de extrema precariedade, venha fazer parte, em um futuro o mais próximo possível, da privilegiada malha rodoviária estadual.

Sala das Sessões, em 24.04.91.

(a) TOTI COLAÇO

O SR. PRESIDENTE (João Arruda) - Finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a pala-

vra ao Deputado Albino Corazza.

O SR. ALBINO CORAZZA - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados. Há muitos anos atrás o ex-Presidente da França, De Gaulle, afirmava que o Brasil "não era um País sério".

Quisera eu que "De Gaulle" nunca tivesse razão, entretanto, tivemos oportunidade de ver pela televisão no "Jornal Nacional", de ontem, onde milhares de vereadores e alguns prefeitos no Congresso Nacional pressionavam os Parlamentares Federais para prorrogarem os seus próprios mandatos.

Gostaria também que o Congresso Nacional tivesse ... ao invés dos vereadores e prefeitos solicitando a prorrogação dos seus próprios mandatos, tivesse sim o povo brasileiro pressionando o Congresso Nacional para prorrogar os mandatos dos políticos brasileiros que estivessem trabalhando 100% em benefício do povo brasileiro. Esta seria uma passagem bem mais bonita do que aquela que vimos ontem.

Gostaria também que o povo brasileiro um dia - tenho muito medo que isso possa acontecer - para ir ao Congresso Nacional pedir para que se encurte os mandatos dos representantes que não trabalham pelo povo.

Gostaria também que o grande número de votos brancos e nulos das últimas eleições não tivessem sido registrados e que o descrédito da classe política não fosse tão evidente.

Quero registrar aqui o meu protesto pelo mau exemplo dos políticos que, quando estão no poder, esquecem-se dos compromissos do povo e chegam a ter a coragem de pleitear até a prorrogação do seu próprio mandato.

Estamos nesta tribuna neste dia mais uma vez para trazer um assunto que está sendo publicado na imprensa do Paraná: "O Governo do Paraná lança uma campanha para aumentar a sua arrecadação, a sua receita pública, uma campanha da nota fiscal, onde o cidadão paranaense usa o seu direito de cidadania, exigindo a nota fiscal, que o imposto que está sendo arrecadado é o salário do professor, do funcionário.

Queremos aqui registrar o apoio a essa campanha, onde o cidadão, o empresário, devem contribuir como seu dever público de pagar os seus impostos. Mas, queremos aproveitar, não só de registrar esse apoio, mas de acrescentar sugestões e propor ao Governo do Estado para que essa campanha possa ter o sucesso que desejamos, que tenha a credibilidade da opinião pública paranaense, que não só faça a campanha de cobrança de impostos, mas ao mesmo tempo, constitua um grupo de trabalho para propor a simplificação do sistema

tributário paranaense, facilitando a vida do contribuinte e ainda mais, não só simplificar a tributação, mas até propor a diminuição da alíquota do imposto, porque nós sabemos que às vezes, baixando a alíquota, o Estado terá maior arrecadação, porque motivará a que todos paguem os impostos e parece um absurdo, mas tenho aqui em mãos, um documento da Coordenadoria de estudos e promoções especiais desta Assembléia, que faz um comentário sobre a arrecadação do Estado e ao salário dos funcionários e nos registra que algo que vem ao encontro desta nossa afirmação, dizendo que "John Kennedy, quando assumiu a Presidência dos Estados Unidos constituiu um estudo técnico para possibilitar a redução percentual tributável a níveis suportáveis e ao mesmo tempo, que se desenvolvessem formas rígidas de cobrança tributária", e apesar da ironia dos técnicos, o estudo teve conclusão e como resultado de sua aplicação, para espanto dos incrédulos, observou-se a elevação da arrecadação de forma incrível.

Por isso, estamos apresentando requerimento a esta Casa, pedindo apoio do Plenário para que esta campanha não fique apenas na arrecadação, mas se faça estudos para simplificar o sistema tributário, abaixar a alíquota do imposto e aplicar recursos no setor produtivo. Nós sabemos que cada indústria, que cada emprego criado, o governo terá uma fonte de recursos para poder investir nos programas sociais. Como o tempo não me permite, farei uso da tribuna em outra oportunidade para me aprofundar no assunto e levar essa sugestão ao governo do Estado, para que o Paraná possa ser o primeiro Estado, um modelo de modernismo, simplificando o sistema tributário, abaixando a alíquota e com isso, fazendo com que todos paguem os impostos, aumentem a arrecadação e nós sejamos um Estado moderno, um Estado sério e também, um Estado onde os políticos encontrem soluções práticas que atendam aos interesses do povo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (João Arruda) - Com a palavra, o senhor Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós estamos usando esta tribuna hoje para denunciar os fatos lamentáveis pelos quais passam os trabalhadores do serviço público estadual - o problema de saúde.

O Instituto de Previdência do Estado está representando - e isso nós dizíamos em oportunidades passadas, - uma das mais difíceis e uma das mais negras manchas que o funcionário público tem com relação ao problema de saúde. Nós sabemos que há anos

não se repassa àquele Instituto, a verba de 3% que é direito pela nossa Constituição para o atendimento da saúde dos trabalhadores do serviço público.

Nós assistimos hoje, após o longo período do Governo Álvaro Dias, da desestabilização do Instituto de Previdência, nós estamos assistindo atualmente a um atendimento precário, um atendimento vergonhoso, um atendimento que denigre a imagem de qualquer governo com relação à saúde dos seus trabalhadores.

Nós assistimos a este tratamento precário, a este tratamento que denigre apenas na Capital, e em Londrina onde tem a Superintendência.

Nos diferentes municípios do Paraná não há atendimento sequer por parte deste Instituto que recebe religiosamente do salário do trabalhador do Serviço Público a contribuição mensal para ter direito a esse benefício que não é sequer respeitado e jamais foi. Temos a certeza de que este tratamento há de ser evidenciado porque esta é uma das propostas do atual Governo do Paraná, além da educação a saúde do seu povo. E os servidores públicos do Paraná, por onde passamos, sentimos esta falta de atendimento, assistimos por parte do Instituto de Previdência do Estado a esta vergonha. É uma mancha negra que hoje existe no sistema de previdência do Estado com relação ao atendimento da saúde.

Nós estamos vendo um IPE caindo das pernas, um IPE que, no passado, investiu no parque imóvel, investiu em coisas que não interessavam ao trabalhador do Serviço Público. Hoje, estamos sentindo este IPE tendo suas portas fechadas ou dando atendimento vergonhoso a quem contribui religiosamente.

Queremos também, nesta oportunidade, registrar a nossa preocupação com relação à aprovação nesta Casa na tarde de ontem da criação da Comissão que trataria do problema das Universidades do Paraná.

Foi discutido aqui ontem e aprovado em plenário a criação de uma Comissão que trataria deste impasse: governo-professores com relação aos problemas das Universidades. O companheiro Doutor Rosinha, ao fazer contato com os órgãos do Governo para tratar de tal assunto, lamentavelmente, não foi recebido e não teve uma resposta para efetivação desta importante preocupação que afeta os trabalhadores da educação de terceiro grau deste Estado. Isto para nós representa simplesmente um desrespeito para com este Parlamento. E nós recebemos hoje em nosso gabinete um Ofício-Circular nº 571/91, da Câmara Municipal de Londrina, dizendo:

(Lê): "Senhor Deputado.

Vimos, a pedido de todos os vereadores da Câmara Municipal de Londrina, enca-

minhar a Vossa Excelência cópia de telex, enviado ao Sr. Governador do Estado do Paraná, que trata da questão do ensino superior do nosso Estado, para a qual pedimos seu imprescindível apoio."

(a) JOÃO DE ARAÚJO - Presidente
CARLOS PINHEIRO - 1º Secretário

E nós temos aqui telegrama onde assinam as representações de todos os Partidos que compõem aquela Casa de Leis. Isto é uma demonstração de que lá em Londrina também, como em outras Câmaras, houve uma preocupação independente de partido político, na solução, na saída pacífica para este impasse Governo-universidades.

E eu creio que é desta forma que também este Parlamento deve agir quando se fala em saúde, quando se fala em educação, mostrando que aqui tem alguém preocupado, mostrando que aqui há parlamentares que vieram com o compromisso de atender e defender os anseios do povo independente da sigla partidária a que representam.

E nós nos sensibilizamos com esta proposta dos Srs. Parlamentares Municipais da Câmara Municipal de Londrina, que dão um grande exemplo de preocupação com as coisas do Paraná, que dão exemplo da preocupação que também todos nós aqui devíamos ter quando tivéssemos que aprovar uma decisão de tamanha importância como é este que envolve os professores e governo. E desta forma nos sensibilizamos com esta atitude tomada com os companheiros Vereadores da Câmara de Londrina, acreditando que, aqui também, parte desta Assembléia, se sensibilizou com o problema, se preocupou em achar o caminho viável, em achar uma solução que fosse convincente para os problemas da educação de 3º grau deste Estado, demonstrando que a grandeza se faz através do diálogo, que a grandeza se faz através da tentativa de se mostrar, até que se não se tem caixa, se não há condições de atender a educação de 3º grau, se mostre isso através de uma transparência limpa, aberta, através do diálogo, que é o que pedem os nobres companheiros vereadores da Câmara Municipal de Londrina.

Nós acreditamos que desta forma, e quando assim agir o Parlamento brasileiro, quando assim agir a Câmara Municipal, quando assim agir a Assembléia Legislativa nos problemas que atingem o Paraná, nos problemas que atingem esse País, obviamente nós estaremos através do diálogo, encontrando os caminhos para a solução dos diferentes e difíceis problemas que afetam o País, que afetam o Paraná, que afetam os municípios também deste Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Arruda) - Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra

ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - (Lê):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada.

É com muita honra que ocupo a tribuna desta Casa pela primeira vez.

Praticamente, Sr. Presidente, é muito menos um discurso do que uma breve declaração de apoio a uma luta justa que há dias vem se destacando nos meios políticos do nosso Estado e se tornando alvo de toda a imprensa paranaense.

Falamos da questão da figuração do nosso Estado nos Tribunais Superiores do País. Uniram-se os representantes paranaenses, pela primeira vez de maneira sensata e abrangente, sem a defesa de interesses desse ou daquele grupo, desse ou daquele partido, levando apenas em consideração os interesses do nosso Estado. Que fique agora registrado o nosso contentamento, Sr. Presidente!

Achamos, porém que não é correto levar um pacote fechado, com nomes predeterminados, a Brasília.

Sejamos justos, nobres colegas, dos muitos nomes que estão sendo cogitados (e quero deixar bem claro que nenhum deles desmerece o nosso Estado, muito pelo contrário) não estão incluídos alguns nomes relevantes que por merecimento devem ser lembrados.

É o caso de Juristas de renome nacional como os Drs. Egas Muniz de Aragão e Rubens Requião, que possuem conceituadas obras editadas a nível nacional, além da nova geração do Poder Judiciário Paranaense que destaca homens como Otto Luís Spohnholz e Francisco Muniz, ou também daqueles que estão fora, porém, não distantes ou alheios ao Paraná; é o caso dos Doutores Milton Luís Pereira e Juarez Tavares.

Todas estas colocações, Sr. Presidente, foram publicadas de maneira especialíssima pelo grande e sério Jornalista Luís Geraldo Mazza, no Correio de Notícias do dia vinte do corrente mês.

Portanto, nobres colegas, e o Estado que precisa ser edificado a nível dos Tribunais Superiores do País, e tenho a absoluta certeza de que nomes merecedores para tal tarefa o Paraná pode se orgulhar de ter".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Arruda) - No Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Hermas Brandão.

(Declina).

Passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto à Liderança do PFL, se fará uso do seu horário.

(Declina).

O PRN, se fará uso do seu horário.

(Declina).

O PL, se fará uso do seu horário.

(Declina).

O PDT, se fará uso do seu horário.

(Declina).

O PSB, se fará uso do seu horário.

(Declina).

Do PT, se fará uso do seu horário.

Com a palavra Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados.

Segunda-feira passada levantei uma questão de ordem a respeito da visita do Chefe da Casa Civil, Deputado Caíto Quintana. E, naquela questão de ordem, eu disse que a cada entrada dele na Assembléia Legislativa, entrava também algum prejuízo ao Estado do Paraná.

Eu fiz aquela denúncia baseada num telefonema anônimo que eu havia recebido. E parece que o que era anônimo ficou concretizado, através de uma denúncia, veiculada na "Folha de Londrina", feita pelo Deputado Antônio Romero Filho, Deputado do PMDB.

Portanto, nos causa surpresa, porque o Governo é do PMDB. A Bancada que quer a transferência do FDE, é principalmente a Bancada do PMDB, com alguns anexos de outras Bancadas. E no entanto, Deputados Federais do PMDB denunciavam que estão sendo usados mecanismos ilícitos para se conseguir maioria nesta Casa de Leis.

Diz o Deputado Federal do PMDB, o Sr. Antônio Romero Filho, que alguns frigoríficos foram, realmente, favorecidos para se obter maioria aqui na Assembléia Legislativa.

E, quando fiz esta denúncia, na segunda-feira, o PMDB e a Bancada do PMDB, através do seu Líder, apressou-se em desmentir, na imprensa.

Desta tribuna eu pergunto: quem é que está certo, o Deputado do PMDB, Antônio Romero Filho ou o Líder do PMDB, Orlando Pessuti? Qual dos dois está certo, por esta contradição?

E achamos que a denúncia feita pelo Deputado Antônio Romero Filho é uma denúncia séria. É uma denúncia de caso de polícia.

Por isso, a Bancada do PT amanhã entrará com um requerimento, para ser enviado ao Departamento de Polícia Federal, para que seja verificado se existem, realmente, frigoríficos não pagando o ICMS que deve pagar, trazendo prejuízos ao Estado do Paraná, conforme já denunciado na segunda-feira.

A nossa postura, do Partido dos Trabalhadores é a de que se há denúncia, seja ela anônima ou agora, até assinada, devemos apurar e ir até o fim. E por isso, remeteremos isto ao órgão cabível, o qual é o responsável por apuração de fraudes de

impostos. E esta responsabilidade é da Polícia Federal. Esperamos ver o requerimento da Bancada do Partido dos Trabalhadores aprovado, para que se clareie, porque do contrário vai se tornar difícil a convivência entre a Bancada Federal e Estadual do PMDB, uma vez que um diz uma coisa e o outro, outra. E nós também queremos tudo claro e transparente, na questão dos impostos do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do seu Horário.

Com a palavra, o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, nobres Senhores Deputados.

Em apenas 30 segundos queremos esclarecer ao Deputado Florisvaldo Fier, Dr. Rosinha.

Eu acredito que neste momento não cabe aqui, questionar se está certo Antônio Romero, se está certo o Orlando Pessuti, cabe aqui registrar, com a certeza da maioria dos paranaenses que está certo o Governador Roberto Requião. Porque nós estamos acompanhando bem de perto as ações do Governador Roberto Requião nestes 30 dias de Governo e temos certeza que os resultados já obtidos, em todos os setores, inclusive o setor da arrecadação de tributos oriundos da carne bovina, os resultados já demonstram que as ações do Governo Roberto Requião não deixam nenhuma dúvida a respeito. Não deixam esta ou aquela imagem de que haja esta ou aquela negociata, no setor, a arrecadação, outrora em torno de 300 milhões já ultrapassou a casa de bilhões de cruzeiros. Portanto, não cabe aqui questionar se está falando a verdade o Pessuti ou se está falando a verdade o Romero, cabe apenas e tão somente conferir os dados que estão à disposição de todos, na Secretaria da Fazenda, fruto das ações do governo Roberto Requião, neste segmento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Fazemos uso da tribuna, neste momento, para estender os nossos cumprimentos a toda esta Assembléia, pela postura adotada, no dia de ontem, e por que não dizer nos dias anteriores à data de ontem? É bem verdade que em alguns momentos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, posicionamentos diferenciados de nós os Parlamentares, colocaram até esta Assembléia sob o prisma da divisão Parlamentar. Mas, no nosso entendimento, fruto dessas discussões na tarde de ontem, pudemos observar que o entendimento maior se fez prevalecer, não sendo sequer necessário que testássemos este ou aquele Parlamentar na sua fidelidade a es-

se ou aquele grupo, e aprovamos aqui, por maioria significativa, em 3.^a discussão, o projeto que trata da transferência do FDE do BADEP para o BANESTADO. Numa demonstração que, acima das discussões que porventura possam se estabelecer neste Parlamento, está a vontade maior de que as coisas no Paraná caminhem no verdadeiro caminho, caminhem no destino mais correto! E entendemos que o comportamento da Assembléia, registrado nas discussões aqui havidas, certamente nos dão esta imagem e a certeza de que, neste Parlamento o povo terá o respaldo que se faz necessário para que as suas aspirações possam realmente ser transformadas em leis e em leis serem executadas em benefício desta mesma população.

Tivemos aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, outras demonstrações de que, nesta Casa, embora repito, muitas vezes posicionados de forma diferente, os Parlamentares não estão aqui para exercer uma oposição sistemática, uma oposição burra, uma oposição que venha prejudicar os interesses do Paraná.

Tivemos tramitando, nesta Casa, Mensagens de S. Exa. o Governador Roberto Requião, propondo crédito suplementar ao setor educacional, mensagem essa que foi aprovada em tempo recorde após receber da Comissão de Constituição e Justiça, Educação, Finanças Pareceres em tempo recorde também, e o Paraná hoje já se beneficia daquilo que foi resultado do entendimento do Poder Legislativo.

A exemplo também a questão ligada ao Ambulatório do Hospital Universitário do Norte do Paraná, onde o entendimento, a boa vontade dos Parlamentares da Assembléia, fez com que também esta matéria fosse aprovada.

Quero também, neste momento, estender os meus cumprimentos a todos os Srs. Parlamentares, e se por um momento às vezes nos excedemos, isso é fruto, evidentemente da discussão. Queremos, daqui para frente caminhar juntos buscando sempre o melhor caminho para o Paraná!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, também nesta ocasião registramos, com muito orgulho e satisfação, a presença de diversas senhoras esposas de Prefeitos da Região Central do Paraná, o nosso Vale do Ivaí, e peço permissão ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados para que possa nominá-las. Presente se faz a senhora Leni Aparecida Dias, esposa do Prefeito de Bom Sucesso; a Senhora Ivete Bitencourt, esposa do Prefeito de Pitanga; a senhora Maria Rosei da Paz Rosa, esposa do Prefeito de Ivaiporã; a senhora Aparecida Mostaque Oadi, esposa do Prefeito de Jardim Alegre; a senhora Neusa Maria Prado, esposa do Prefeito de Rio Bom; a senhora Carmen Pasini, esposa

do Prefeito de Califórnia; a senhora Nair Bensviler, esposa do Prefeito de Manoel Ribas; a senhora Eunice Senoviti França, esposa do Prefeito de Cândido de Abreu; a senhora Terezinha Cattani, esposa do Prefeito de Cambira; a senhora Natalina Labe-galine, esposa do Prefeito de Caloré e a senhora Cléia Marilda Portugal Petranchen, esposa do Prefeito de Nova Tebas. Estas senhoras que aqui comparecem hoje e que muito engrandecem este Parlamento, estiveram no dia de hoje almoçando com a senhora Maristela Requião, primeira dama deste Estado, e neste almoço foram discutidos diversos assuntos do interesse das classes menos favorecidas do Paraná, principalmente do que diz respeito aos programas sociais desenvolvidos pela PROVOPAR e pelo Governo do Estado do Paraná. Neste momento elas se fazem acompanhadas de nossa esposa, Regina Ficher Pessuti e estão visitando este Parlamento numa demonstração do respeito que todas elas dedicam aos Srs. Parlamentares, porque nada mais do que elas, esposas e Prefeitos, sabem o dia-a-dia de nós, os Parlamentares do Paraná, e dos Parlamentares do Brasil. A elas estendemos os nossos agradecimentos pela visita, esperamos que tenham sucesso em suas caminhadas em favor dos mais carentes de seus Municípios e que certamente essa vontade de cada uma delas encontrará eco nesta Assembléia, como já está encontrando eco no Governo do Estado, na pessoa da dona Maristela Requião e na pessoa do nosso Governante maior, o Governador Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa registra com satisfação a presença das esposas dos Senhores Prefeitos do Paraná que aqui se encontram. Sejam bem vindas e sintam-se em casa.

PDT com a palavra.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Sua Excelência, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Pessuti, Senhoras primeiras damas do nosso Estado do Paraná, representando os Municípios, Senhor Presidente, fazemos um apelo hoje aqui para que a Comissão de Justiça, tão bem presidida pelo Doutor Colombino, nosso Deputado, os demais integrantes, para que não demorem num projeto da maior importância para os menores do nosso Estado do Paraná que apresentamos nesta Casa. E hoje eu quero cumprimentar Sua Excelência, o Deputado Rafael Greca, quero cumprimentar Sua Excelência, o Deputado Pessuti e Algaci Túlio, porque os mesmos, alguns, como eu que já tenho um menor trabalhando no nosso gabinete, percebendo um salário, mais a refeição e exigindo dele a presença todo dia no colégio. Soube com muita satisfação que o Deputado

Pessuti da mesma forma já emprega também em seu gabinete um menor de idade; e hoje nos comoveu quando o Deputado Rafael Greca encaminhou ao restaurante da Assembléia um menor para que ali almoçasse, e faço um apelo ao nobre Deputado para que empregue esse menor, porque a satisfação do menor era muito grande de poder estar almoçando no restaurante dos Deputados do Estado do Paraná.

Então, o nosso apelo é no sentido de que um salário-mínimo pago por cada Deputado não representa tanto, e no entanto, nós vamos retirar cinquenta e quatro menores da rua e os colocar trabalhando na Casa do povo e aqui, quando completarem a idade, certamente terão condições de obter o emprego. Por isto faço o apelo ao Dr. Colombino, para que agilize este projeto, quando os empresários, com a colaboração do Governo do Estado, haverão de empregar os menores, ensinando-lhes uma profissão. É que está faltando hoje, que os nossos trabalhadores tenham uma profissão.

Mas Senhor Presidente, mudando de assunto, voltando a lembrar as palavras proferidas pelo Dr. Rosinha, faço um apelo ao ilustre Deputado, que traga provas a esta Casa de que realmente os Deputados estão se vendendo ao Governador Roberto Requião. Que prove. Chega de palhaçada como V.Exa. vem fazendo nesta Casa, insinuando continuamente que os Deputados se vendem. Uma hora se vendem para o Deputado Anibal Khury para ganhar a eleição para Presidente da Assembléia, uma outra hora insinua que os Deputados se vendem quando visitam o Palácio do Governo em busca de soluções para suas regiões.

Precisamos moralizar a Assembléia e temos que fazer isto por palavras colocadas aqui pelos Deputados. Não pode, em hipótese alguma, Deputados levemente levantar questões que a imprensa divulga ao Paraná de que os Deputados do nosso Estado são Deputados que se vendem por um almoço com o Governador.

V.Exa. citou o exemplo do frigorífico de Umuarama. Seu proprietário, Alexandre Ceranto, é um dos homens mais íntegros e honestos trabalhadores de nosso Estado. Ele chegou em Umuarama quando ali não tinha luz, não tinha telefone, não tinha hospital, não tinha escola para seus familiares. Acreditou na região e, trabalhando honestamente, foi comprando terras, dando empregos, industrializando, transformando-se num grande empresário. Nós estamos vivendo num regime capitalista. Se V.Exa., Doutor Rosinha, não aceita o regime capitalista, só tem uma forma, é não conviver dentro do regime capitalista. Não podemos, em hipótese alguma, aqui levantar levianidades, chamando de ladrão a todo aquele que teve sorte com o trabalho, foi honesto

e progrediu na vida. O nosso regime não é comunista, onde tudo pertence ao Governo.

O Dr. Rosinha - Permite-me um aparte, Deputado?

O SR. GERALDO CARTÁRIO - ...estamos num regime democrático e não podemos permitir que homens que ocuparam cargo de Deputado Estadual, como Alexandre Ceranto, seja aqui julgado por quem não o conhece de perto e que o chama de ladrão de ICM, ou do ICMS. O nosso companheiro Nelson Garcia, por isto estou aqui falando, foi nosso colega e foi ele que, juntamente com o Deputado Pessuti e comigo, visitamos o Governador Roberto Requião.

Há poucos dias atrás o Governador Roberto Requião também se uniu e conversou com a bancada do PRN, bancada honesta, íntegra, formada quase que na totalidade por ex-prefeitos, e ninguém se vendeu para jantar com o Governador. V.Exa. tem que conhecer mais os homens de perto, para que não fique levantando dúvidas sobre a honestidade de cada um.

Senhor Presidente, acho que V.Exa. deve cobrar de todos nós de que o que se levante aqui seja provado dentro de trinta dias. Se não comprovar a denúncia feita, que seja afastado desta Casa de Leis.

O Doutor Rosinha - Permite um aparte?

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PSDB com a palavra. Concedo a palavra ao Senhor Deputado Antônio Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

O que me traz nesta tarde para fazer uso da tribuna é fazer um comentário sobre a minha região, microrregião 17 com sede no município de Irati. Nós temos acompanhado o início do Governo Roberto Requião e com muita esperança, com muita firmeza, inclusive nós estamos dando o nosso total apoio.

Nas reuniões que temos participado com os Senhores Secretários e com o próprio Governador, ele tem nos dito insistentemente que a sua meta neste ano está em curso, é o ano da educação no Paraná e o ano da esperança das nossas crianças, notadamente do ensino do primeiro grau, e desta forma tem o nosso apoio total e irrestrito, porém eu tenho que deixar registrado aqui a minha preocupação como Parlamentar desta Casa no que diz respeito as nossas estradas da microrregião 17.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, a nossa região talvez uma das mais antigas do Paraná ainda carece de ligações asfálticas

ticas, ligando um município com outro município, uma região com outra região, um Estado com outro estado. Haja vista, por exemplo, o município de Inácio Martins que ainda não tem a sua ligação asfáltica até sua sede. Foi inaugurada no Governo passado até o meio do caminho, em Guamirim, uma distância de 25 quilômetros, restando, portanto, outros 25 quilômetros.

Um trecho de estrada que liga Ponta Grossa a Teixeira Soares via Guaraji também ficou até Guaraji, a sede do distrito de Teixeira Soares ligando ao distrito de Guaraji do município de Teixeira Soares também mais 25 quilômetros o asfalto lá não existe. Nós temos um trecho de estrada que liga Irati a São Mateus do Sul numa distância de 55 quilômetros, ligando Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, o Norte do Paraná, o próprio Estado de São Paulo que também não tem asfalto. Nós temos um pequeno trecho de 28 quilômetros ligando Irati a Imbituva que também não tem asfalto. Eu estive hoje pela manhã com o Secretário dos Transportes Mário Pereira, daqui há pouco Governador, levando a preocupação do Centro Sul do nosso Estado, já conheci grande parte do Estado do Paraná, o Norte, o Sudoeste, o Oeste, e já tive a felicidade de percorrer e conhecer distritos todos asfaltados. E a nossa microrregião uma das mais antigas do Paraná onde se produziu muito a erva-mate, a batata, o feijão, que deu suporte principalmente econômico para o desenvolvimento do Norte, do Sudoeste e do Oeste do Estado do Paraná, isso há vinte e cinco, trinta ou quarenta anos atrás, carece ainda de ligações asfálticas.

Estou fazendo esse comentário para poder deixar registrado aqui nessa tarde, uma vez mais a preocupação deste Parlamentar ali do Centro Sul do Estado do Paraná. Eu dei entrada em alguns requerimentos, sei que esse ano será impossível, mas nós esperamos que para o próximo ano, com o apoio da Bancada do PMDB, com o apoio da Assembléia Legislativa nós possamos viabilizar a construção dessas rodovias.

O trecho que liga Irati a Imbituva é o trecho da 153, a famosa e tão famigerada estrada da 153, a Transbrasiliana, já concluída em toda a federação, em todo nosso País, restando tão somente 173 quilômetros que liga Ventania a Irati, e o Estado do Paraná ficou carecendo a conclusão desta obra que é uma obra nacional. Somente o Estado do Paraná até hoje não conseguiu viabilizar a conclusão desta obra.

Eu estive recentemente com os Deputados de Campos Gerais, num grande encontro em Tibagi onde esteve presente o Senhor Eduardo Vieira. Discutindo com ele e com as lideranças daquela região, para que ele pudesse interferir junto ao Governo Federal, para que se conclua esta obra de 170

quilômetros aqui no nosso Estado.

O trecho de Irati/Imbituva é um trecho da 153,28 quilômetros, quando as obras de arte já estão prontas, faltando tão somente o asfalto e nós ali de Irati, de Rebouças, de Rio Azul, de Malet, de Paula Freitas, enfim da região que vem de União da Vitória e o Deputado Valdir Rossoni sabe disso. Nós chegamos ali e paramos, temos que dar uma volta de cento e poucos quilômetros muitas vezes para ir para o Norte do Paraná ou para seguirmos rumo a São Paulo, via Itararé/Ponta Grossa.

Estou dando entrada num requerimento no dia de amanhã em nome de um grupo de Deputados, de Plauto Miró Guimarães, Dalton Machuca, Domingos Carvalho e este que vos fala, um documento que nós estamos enviando à Secretaria Nacional dos Transportes e vamos fazer um movimento junto à bancada no Congresso Nacional, junto aos nossos Deputados, independente de siglas partidárias, junto aos Senadores do Paraná, para que eles lutem conosco, já que estão bem próximos do Presidente da República, eles possam interferir durante este ano, para que nós tenhamos este trecho asfaltado o mais breve possível.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu dei entrada em dois requerimentos para deixar registrado a grande preocupação deste Parlamentar, no que diz respeito a região Centro Sul do nosso Estado.

E outro requerimento vamos dar entrada no dia de amanhã, para que as autoridades federais nos auxiliem, nos ajudem na defesa dos interesses do povo do Paraná, principalmente nesse trecho de estrada que liga de Ventania até a minha cidade de Irati.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Muito obrigado, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PTB com a palavra.
(Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 45 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n. 286/91, subscrito pelo Senhor Deputado Élio Rusch, constante do expediente, comunicando que na data de 23 do corrente, estarei ausente desta Casa de Leis, em virtude de reunião com o Presidente da Itaipu Binacional, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e Prefeitos dos municípios lindeiros ao Lago de Itaipu no município de Marechal Cândido Rondon. A Diretoria Le-

gislativa, para anotar.

Ofício n. 161/91-GP, subscrito pela chefia de gabinete do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, comunicando que o Senhor Deputado Algaci Túlio, encontra-se na cidade de Brasília, representando a Associação de Vice-Prefeitos do Estado do Paraná, nos dias, 22, 23 e 24 do corrente mês. À Diretoria Legislativa, para anotar.

O SR. ERNANI PUDELL - (Pela Ordem) - Eu quero fazer um reparo e pedir um desagravo do Deputado Cartário, que levantou aqui a insinuação de que nós ...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa anunciou na sessão de ontem que Vossa Excelência ou qualquer Senhor Deputado tem que mencionar o dispositivo do Regimento Interno que está sendo violado, mas a Mesa pode inscrever Vossa Excelência para Explicação Pessoal.

O SR. ERNANI PUDELL - Só esclarecendo Excelência, pela ordem, que nós em momento algum citamos compra de votos no caso das eleições para a Assembléia Legislativa do Paraná.

Apenas fazer esse reparo, não sei donde o nobre Deputado tirou essa informação, com certeza não foi da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

Muito obrigado.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n. 89/90 - Veto apostado ao Projeto de Lei n. 23/90, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que estabelece critérios para liquidação do débito do Estado junto ao Instituto de Previdência do Estado (IPE), relativas às contribuições previdenciárias patronal. Com parecer da CCJ., pela rejeição.

OF/DTL/Nº 124/90

Curitiba, 29 de maio de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 045/90, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 023/90, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que os débitos do Estado relativos às contribuições previdenciárias existentes junto ao Instituto de Previdência do Estado serão liquidados, com correção monetária ou equivalente, em

cento e oitenta prestações, divididos em parcelas mensais de igual valor e que, caso descumpridas tais condições, o débito será considerado vencido em sua totalidade.

O não acolhimento ao projeto de lei em exame decorre de pronunciamentos expedidos pela Secretaria de Estado da Fazenda, os quais esclarecem que o Tesouro do Estado não tem condições para suportar os encargos provenientes da medida, que somariam aproximadamente quatrocentos milhões de dólares e, ainda, que inexiste qualquer possibilidade ou fonte de obtenção de recursos orçamentários nesse montante.

Por outro lado, vale frizar que o Estado, através de recursos do Tesouro, vem investindo expressivamente na área em que o IPE também atua, mencionando-se, como exemplo, os gastos com proventos de inatividade de funcionários estatutários - ressaltando-se que aposentadoria é uma das formas de previdência - cujas despesas atingiram, no mês de abril, 37% do valor total da folha de pagamento, ou seja, cerca de dois bilhões de cruzeiros. Ainda, o Tesouro tem constantemente repassado verbas ao IPE. Isso tudo significa dizer que o montante desses encargos que o Estado vem assumindo suplanta o apontado débito para com o Instituto de Previdência do Estado - IPE.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado.

VETO.

Razões em separado.

Em 20.05.90.

ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 023/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os débitos do Estado relativos às contribuições previdenciárias (patronal) existentes junto ao Instituto de Previdência do Estado (I.P.E.) até a data da promulgação desta lei, serão liquidados, com correção monetária ou equivalente, em cento e oitenta prestações, dispensados os juros e multas sobre eles incidentes, divididos em parcelas mensais de igual valor.

§ 1º - Descumprida qualquer das condições estabelecidas para concessão do parcelamento, o débito será considerado vencido em sua totalidade, sobre ele incidin-

do juros de mora, multa e correção monetária ou equivalente.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 19.04.90

(a) COMISSÃO EXECUTIVA.

JUSTIFICATIVA:

O Art. 38 das Disposições Transitórias da nossa Constituição estabelece o seguinte:

"Os débitos do Estado relativos às contribuições previdenciárias junto ao Instituto de Previdência do Estado-IPE, existentes até a data da promulgação desta Constituição, serão liquidados, com correção monetária ou equivalente, em cento e oitenta prestações, dispensados os juros e multas sobre eles incidentes, divididos em parcelas mensais de igual valor, na forma da lei".

A dívida do Estado para com o Instituto de Previdência tem dois aspectos fundamentais, o econômico e o ético. O processo de quitação do débito implicará em repor aos cofres do IPE quantias que irão sem dúvida ajudar na sua manutenção.

Quanto à questão ética, o Estado, na qualidade de empregador é uma das fontes de recursos para o Instituto, não pode deixar de cumprir a sua parte, quando a contribuição do empregado é descontada e recolhida regularmente.

Vale ainda considerar que a qualidade do serviço prestado está diretamente ligado aos recursos da instituição.

É necessário que se inicie o processo de liquidação da dívida porque o seu crescimento somente dificultará qualquer tentativa de colocar um fim definitivo, com o Estado cumprindo essa obrigação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA RELATÓRIO

PROPOSIÇÃO Nº 089/90 - VETO TOTAL

AO PROJETO DE LEI Nº 023/90

SÚMULA: Estabelece critérios para liquidação de débitos do Estado junto ao Instituto de Previdência do Estado (I.P.E.) relativos às contribuições previdenciárias patronal.

Aprovado em Plenário em data de 19 de abril de 1990, o Projeto de lei 023/90, de autoria do ilustre Deputado Antônio Annibelli, foi encaminhado à apreciação do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado que, tempestivamente, vetou-o em sua totalidade.

O veto foi devidamente comunicado à Presidência desta Casa em data de 30 de maio de 1990, através do ofício DTL/Nº 124/90, protocolado sob nº 4.717, e, em forma de Proposição, foi autuado sob nº 089/90.

Finalmente a 06 de março de 1991, o

veto foi encaminhado a esta Comissão para emissão do necessário parecer.

O veto do Excelentíssimo Sr. Governador do Estado teve dupla fundamentação:

1 - que o Tesouro do Estado não tem condições para suportar os encargos provenientes da medida, que somariam aproximadamente quatrocentos milhões de dólares;

2 - que inexiste qualquer possibilidade ou fonte de recursos orçamentários nesse montante.

Acrescenta ainda, o Senhor Governador, à título de argumentação, "que o Estado, através de recursos do Tesouro, vem investindo expressamente na área em que o IPE também atua", e que as verbas que o Tesouro tem repassado suplanta o apontado débito para com aquele Instituto de Previdência.

Em que pesem os fundamentos expendidos pelo Chefe do Executivo Estadual, o veto está em desacordo com os critérios estabelecidos e limites fixados pelo § 1º do art. 71 da Constituição Estadual, e que deverão ser observados pelo Senhor Governador quando pretender apor o seu veto a autógrafos editados pela Assembléia Legislativa.

No caso, a justificativa governamental não preenche as exigências legais. A inconstitucionalidade sequer foi arguida, mesmo porque inexiste, já que o projeto visa exatamente dar cumprimento ao que foi determinado pelo artigo 38 das Disposições Transitórias da Constituição Estadual. Igualmente, o veto governamental não se baseou em circunstâncias que pudessem ser consideradas como contrárias ao interesse público, mesmo porque o pagamento de suas dívidas previdenciárias como de resto qualquer outra, é um dever e uma obrigação do Estado.

Se esse dever e essa obrigação existem deverão ser cumpridas, não só por seu efeito econômico, mas também, e principalmente, por seu efeito ético, como aliás muito bem ressaltou o eminente autor do projeto, quando da apresentação de sua justificativa.

Nestas condições, opinamos no sentido de que esta egrégia Comissão, pela totalidade de seus ilustres Membros, emita parecer no sentido de que o veto governamental seja REJEITADO.

Sala das Sessões, em 19.03.91

(a) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;
RAFAEL GRECA DE MACEDO - Relator.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI (Para encaminhar)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Após os esclarecimentos que a Mesa vai prestar no sentido da apuração e da votação.

A Mesa esclarece ao Plenário que para votação das proposições 89 veto apostado ao

Projeto de Lei nº 23/90, adotará o disposto no parágrafo quarto do Artigo 71 da Constituição do Estado ou seja a votação será por escrutínio secreto. Ao ser chamado pelo 1º Secretário, o Deputado deverá se dirigir à Mesa dos trabalhos, onde receberá a sobrecarta, rubricada pelo 1º Secretário e, a seguir dirigir-se-á à cabine indevassável, em cujo interior encontrará as cédulas de votação contendo as expressões SIM ou NÃO.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis à manutenção do veto, deverão se manifestar utilizando as cédulas que contenham a expressão SIM; os contrários à manutenção do veto deverão se manifestar utilizando as cédulas que contenham a expressão NÃO.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI (Para encaminhar)

- Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ao agradecer ao nosso Presidente, Deputado Anibal Khury, de ter adiado a votação da semana passada para que, nesta semana, nesta 4ª feira, pudéssemos, com a maioria dos membros da Assembléia, ou quase a totalidade, discutir um assunto tão polêmico, um assunto de tanta gravidade. Porém, a nossa intenção, Sr. Presidente, hoje talvez não tenha atingido aquilo que pretendíamos de colocar nesta Casa mais de 50 Deputados para que todos pudessem, com a responsabilidade de cada um, votar esse veto, não colocando governo-oposição, mas sim uma realidade de fato da situação dos funcionários públicos do Paraná e da ação do Governo passado, não deste Governo, que se iniciou a 15 de março, sobre a responsabilidade da parte patronal do Governo do Estado e a parte dos funcionários.

Como todos sabem, os funcionários públicos são obrigados a descontar 8% dos seus salários para que o Instituto de Previdência do Estado dê assistência médico-hospitalar a cada um dos seus funcionários e aos seus familiares, bem como pague as pensões a cada funcionário ao atingir a sua aposentadoria.

A parte dos funcionários é descontado em folha...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra, o Deputado Antônio Annibelli.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Eu agradeço a boa vontade de Vossa Excelência, Senhor Presidente, e talvez alguns Deputados não tenham interesse em ouvir. Eu respeito cada um pelo interesse, mas é o interesse de todos os funcionários, e até de alguns Senhores Parlamentares que são funcionários públicos.

Num momento de dificuldades, num momento em que a Nação brasileira analisa a

corrupção do sistema previdenciário nacional, quando advogados, máfias, gangues, assaltam os cofres públicos nacionais, nós vemos todo mundo interessado: CPI na Câmara dos Deputados; denúncias de marajás; 30 bilhões de cruzeiros pagos a apenas um aposentado; revisões de aposentadorias; pessoas que são taxadas de marajás e nem sabiam que o seu salário é recebido por terceiros. Graças a Deus, no Paraná, não acontece isso, porque marajás aqui parece-me que não existem. Porém, existe o furor na Previdência do Estado, só que aqui o agente não é o funcionário e não é a Previdência, e sim o Estado, que não recolhe a parte patronal devida há muitos e muitos anos.

Então, companheiros Deputados, Senhor Presidente, é necessário que não façamos alardes, que discutamos entre nós, que procuremos, com a responsabilidade que nós é devida, como representantes, não só da classe de funcionários, mas representantes do povo paranaense. Sei inclusive da sensibilidade do atual Governador pela classe de funcionários e já tem demonstrado em dois meses de seu mandato, já remetendo o regime único dos funcionários, cumprindo a Constituição Estadual e a Constituição Federal. Tem procurado ressarcir os prejuízos de várias entidades públicas que estavam ganhando salários de fome, como muitos funcionários ganham salários de fome neste Estado, vem cumprindo o aumento dado pelo ex-Governador, um aumento que era devido ao funcionalismo a partir de 1º de janeiro deste ano, mas foi escalonado e Sua Excelência vem cumprindo o acordo, a lei votada por esta Casa. Vem cumprindo a lei e hoje, cumprir a lei, Senhor Presidente, não é mais obrigação, porque a maioria dos homens de responsabilidade deste País, não cumprem as leis.

Nós sabemos que a Ministra da Economia vem retendo bilhões e bilhões de cruzeiros do INSS, não fazendo com que seja cumprida a parte da Constituição Federal, quando os congressistas colocaram na Constituição Federal que nenhum aposentado poderia ganhar menos que um salário mínimo. Nós sabemos que aqui no Paraná também existem pensões irrisórias, muito abaixo do salário mínimo, mas nós não estamos aqui para criticar ninguém, nós estamos aqui para procurar a luz de um caminho que acabe com essas injustiças que acontecem, não só a nível de Paraná, mas a nível de Brasil.

Nós queríamos, Senhores Deputados, e sei que não temos número para derrubar esse veto, mas nós poderíamos dar - faço um apelo à Bancada do Governo - para que possamos votar isso aqui, para que derrubemos este veto, para que voltemos com outro projeto, talvez até do Governador, uma mensagem, procurando que o Governo, duran-

te o tempo que for necessário, cumpra as dívidas atrasadas, dê algum bem do Estado em pagamento da dívida para o IPE. No Governo passado, Senhores Deputados, tivemos um projeto nosso, também vetado pelo Senhor Governador da época, em que nós queríamos construir o hospital do servidor. Quem sabe se esses hospitais que estão aí mal administrados, estão dando prejuízo ao Estado, pudesse o Estado passar para a administração do IPE, para que ele servisse de hospital para o nosso servidor. Nós sabemos e a maioria dos Senhores Deputados são sabedores, que o Governo passado não cumpria nem a obrigatoriedade da assistência médica aos pensionistas e aos familiares dos servidores públicos. Foi preciso uma ação judicial, interposta ao Tribunal de Justiça, para que o IPE voltasse novamente a dar assistência médica aos filhos, aos familiares dos funcionários.

Por isso, Senhores Deputados, nós precisamos, com muita responsabilidade, procurar um denominador comum para acabarmos com as injustiças gritantes - e o atual Governador não tem culpa - mas nós, com a nossa responsabilidade, temos que procurar, eu procurei, Senhores Deputados, com esse projeto meu, vetado no ano passado, digo, no Governo passado, de cumprir a Constituição, esta Constituição que nós juramos aqui quando assumimos o nosso mandato, de defendê-la e cumpri-la. É obrigação nossa defendê-la, e o artigo 38, das Disposições Transitórias, que juramos também, manda o Estado fazer o pagamento da dívida ao nosso Instituto de Previdência do Estado.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu gostaria de fazer um apelo, por isso eu pedi a Vossa Excelência, Senhor Presidente, que este projeto fosse discutido em uma sessão e não fosse englobado com tantos outros projetos, para que pudéssemos contar a história do IPE, contar a responsabilidade nossa, e que todos são sabedores. Mas dizer do momento difícil por que atravessa o IPE e principalmente o funcionalismo público do Estado do Paraná. E talvez com a assistência médica, este salário tão indigno recebido, pudesse melhorar a condição de vida de cada um. Porque todos os Senhores são sabedores de que uma operação, um internamento, a falta do INPS, o preço aviltante dos laboratórios multinacionais e os preços altos nas farmácias... Qual é a situação? Nós aqui somos sabedores, porque nos nossos gabinetes, todos os dias, temos obrigação de atender e matar a fome, e até fazer internamento ou pagar remédios para pessoas do nosso Interior; funcionários públicos que muitas vezes têm vergonha de mostrar as suas folhas de pagamento para nos pedir ajuda financeira.

Muito obrigado!

O SR. PAULO MAIA (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vamos nos ater apenas aos fatos que constam quando do encaminhamento de tal projeto ainda no Governo passado.

Não há justificativa legal que não permita que se aprove o direito dos Servidores Públicos do Paraná.

Os Servidores Públicos do Paraná esperam por um tratamento decente no campo da saúde, no campo da educação e nos direitos que lhe são devidos. Não pedem nada mais nada menos que o respeito a esses direitos, onde é vergonhosa a situação em que vive o Instituto de Previdência do Estado do Paraná. E nós queremos nos reportar ao que disse o ex-Governador Álvaro Dias, em seu Ofício datado de 29 de maio de 1990.

Diz o Governador Álvaro Dias no ofício: "O não acolhimento ao projeto de lei em exame, decorre de pronunciamentos expendidos pela Secretaria de Estado da Fazenda...", e isto é grave, "... os quais esclarecem que o Tesouro do Estado não tem condições de suportar os encargos provenientes da medida, que somariam aproximadamente 400 milhões de dólares. E ainda que inexistem qualquer possibilidade ou fontes de obtenção de recursos orçamentários nesse montante".

Muito bem citou aquele nobre Parlamentar Annibelli sobre a situação aflitiva por que passam os trabalhadores do Serviço Público. Muito bem citou também a contribuição sagrada e religiosa que lhe é descontada de 8% dos seus vencimentos; mas falta o repasse do Estado para o pagamento dos 3% para dar esse atendimento que merece a saúde do trabalhador do Serviço Público.

Mais adiante, o Ofício do Senhor Álvaro Dias diz: "Por outro lado, vale frisar que o Estado, através de recursos do Tesouro, vem investindo expressivamente na área em que o IPE atua, mencionando-se como exemplo os gastos com proventos de inatividade de funcionários estatutários. A aposentadoria, (ressalta) é uma das formas de previdência cujas despesas atingiram, no mês de abril, 37% da Folha de Pagamento".

Ora, Senhores Deputados, se é uma atribuição do IPE arcar com esta responsabilidade, porque não passarmos, porque não darmos a atribuição, porque não darmos condições a este Instituto de exercer as atividades para o qual foi criado no Estado do Paraná. Tiraram-lhe as condições, tiraram-lhe também as responsabilidades, mas sobra o respaldo das críticas, porque não se conhece esta realidade em que vive hoje o Instituto de Previdência do Estado do Paraná. E, este preço vem sendo pago pelos

trabalhadores do serviço público.

Eu tenho certeza, não só tenho certeza, mas vou aqui confirmar o que pretendemos dizer, de que estamos agindo corretamente, quando pedimos que tal veto não seja mantido, porque nós vamos ainda complicar mais a situação de penúria, a situação de miserabilidade em que se encontra o servidor pertencente ao IPE.

Há poucos dias recebemos em nosso gabinete, e eu creio que a maioria dos Senhores Deputados também tenham recebido, várias e várias denúncias da situação em que se encontra a saúde dos servidores, a nível, principalmente, do Interior e trazíamos esta semana e encaminhamos ao Instituto de Previdência, um pedido de esclarecimento sobre aquela realidade: o trabalhador do Serviço Público ganhando um salário vergonhoso que hoje lhe pagam, ele ainda tinha que arcar com a responsabilidade de setenta e seis mil cruzeiros de despesas com assistência médica. E ao encaminhar ao IPE para ressarcimento, ele recebia um retorno de vinte e seis mil cruzeiros. É esse tipo de tratamento, é esta situação em que nos encontramos e eu me coloco neste meio, porque sou saído dali, eu sou deputado aqui por quatro anos, mas pertencço aquele meio, e vivi e vivo isso dentro da minha realidade do dia-a-dia. Sei do sofrimento dos companheiros e isto aqui quando se aprovou, é porque os diferentes movimentos dos trabalhadores do Serviço Público, mostraram a esta Casa naquela oportunidade, a necessidade de se fazer com que o Governo cumprisse com os 3% para que nós, trabalhadores do Serviço Público pudéssemos ter uma decência no nosso atendimento e no atendimento das nossas famílias em termos de saúde.

Eu quero aqui frisar aquilo que dizia há pouco, que eu tenho certeza que não é intenção do Governo Requião, que se vete tal medida, que se vete tal dispositivo - por que isto? - Porque na "Folha de Londrina" de quarta-feira, dia 07.11.90, em sua página 08, no informe especial dizia: "Funcionário Público, isto interessa a você. Requião vai repassar verbas do Estado para o IPE." Isto aqui está registrado, isto aqui se registrou na história do Paraná para se conquistar o voto, isto aqui fez com que muitos funcionários públicos acreditassem nessa verdade, eles continuam acreditando nesta verdade. Permito-me aqui, solicitar que seja transcrito na íntegra, nos Anais desta Casa, esta Carta em nome do Governador Requião, que não foi desmentida até hoje, e nós temos certeza que não será sua a iniciativa de desmentí-la. Diz (Lê):

**"Funcionário Público, isto
interessa a você**

Requião vai repassar verbas do Estado

para o IPE

Você, melhor que ninguém, como funcionário público, sabe que há muitos e muitos governos, a qualidade dos serviços prestados pelo IPE a você e sua família vem se deteriorando. Uma das razões é o não repasse dos recursos devidos pelo Estado ao IPE - o que tem origem na rigorosa crise econômica que há anos se abate sobre o Brasil e tem empobrecido indistintamente ao País, Estados e Municípios.

Com Roberto Requião governador, isso vai mudar.

Requião se compromete, desde já, com o funcionalismo público do Paraná a repassar todos os meses os recursos devidos pelo Estado ao Instituto. Trata-se de um compromisso pessoal.

É a palavra de Requião.

Mais que isso, a saúde é ponto de honra no programa de Governo de Roberto Requião.

Todos os municípios do Paraná, com o dinheiro do Estado depositado mensalmente na conta do IPE, serão atendidos pelo Instituto.

E com uma assistência médica de alta qualidade. Voltarão a ser feitos os internamentos, os exames laboratoriais e radiográficos.

Nenhum funcionário público ficará sem atendimento.

E cuidar da saúde, para quem trabalha para o Estado, não custará absolutamente nada: será tudo de graça, coberto integralmente pelo Instituto, pois com esses recursos será possível ao IPE financiar o atendimento médico a seus beneficiários a custo zero.

Rigorosamente de graça.

Saúde. Um compromisso de Requião Governador.

A volta dos recursos do Estado ao IPE e melhor atendimento a todos os funcionários públicos.

Além disso a pensão será correspondente ao salário do funcionário ativo.

Palavra de Requião. E nele você pode acreditar.

ROBERTO REQUIÃO"

É isso aqui, nobres companheiros Parlamentares, é isso aqui que faz com que ganhemos o voto do trabalhador. É isso aqui que faz com que a maioria dos trabalhadores acreditem naqueles governantes, em todos os níveis, que vão à praça pública. É através destas promessas que se dá a eleição pela maioria, a quem será o responsável pelos destinos do Paraná, dos municípios e do País.

E, nós temos certeza de que esta Casa não se somará ao desejo do ex-Governador Álvaro Dias, de vetar uma iniciativa que, inclusive, foi motivo de propaganda do Governador Requião, para chegar ao Poder.

E nós temos a certeza de que esta Casa há de manter, há de manter o direito ao trabalhador de ter o atendimento à saúde, de forma decente, por quê? Porque o povo do Paraná acreditou na promessa do Governador Requião. Está registrada nos órgãos de imprensa deste Estado. E está registrada na consciência de cada trabalhador, que acreditou nas palavras do atual Governo do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. ERNANI PUDELL - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Um momento. O Deputado Orlando Pessuti vai falar? Deve ser um a favor e outro contra.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO - Do Deputado Orlando Pessuti, certamente será a favor.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu acredito que tudo aquilo que falou o Deputado Antônio Annibelli, tudo aquilo que falou o Deputado Paulo Maia, são palavras que realmente interessam a todo esse Parlamento. Principalmente quando ele afirma que na palavra do Governador Roberto Requião se pode acreditar. Está escrito e foi lido por ele.

Nós queremos, realmente, que este Parlamento acredite na palavra daquele que outrora, quando escreveu, era candidato, mas daquele que agora é o Governador de todos nós, os paranaenses.

O Governador Roberto Requião, tão logo assumiu o Governo do Paraná, e a ele foi dada ciência pela Presidência desta Casa, através desta Liderança, de que aqui existiam ainda, para serem apreciados, cerca de 80 vetos, nos recomendou de que mantivéssemos todos os vetos que haviam sido apostos a projetos de lei aprovados no decorrer do ano passado e no início deste ano, por Sua Excelência o ex-Governador Álvaro Dias.

E, naquela ocasião, o Senhor Governador Roberto Requião nos afirmava e informava, isto temos passado aos Senhores Deputados, inclusive hoje ao Deputado Antônio Martins Annibelli, de que todos esses assuntos, oriundos de projetos de lei que tramitaram e foram aprovados nesta Casa, no período de Governo anterior, e que foram vetados, poderiam voltar a ser discutidos durante o seu Governo. E mereceram da parte do Governador o encaminhamento que fosse o mais indicado para a ocasião que estamos vivendo.

O Governador Roberto Requião, pelas palavras do Deputado Paulo Maia, assumiu um compromisso de repassar, todos os meses a contribuição devida ao IPE. Caso ele não venha a cumprir isso, acho que nós temos que cobrar dele, sim! Mas temos que cobrar a partir de 15 de março, quando ele assumiu. O que existe para trás, nós temos que cobrar do Estado sim, nós concordamos, mas nós temos também que ter conhecimento de que o Estado do Paraná, pelas próprias palavras do Governador Roberto Requião, seja, sem sombra de dúvida, um dos Estados de melhor situação financeira deste País, ainda não possui condições de arcar com o pagamento de 400 milhões de dólares ao IPE. Até porque esta soma deve até não ser a soma verdadeira, porque nós teríamos que fazer um encontro de contas, para ajustar os valores que são descontados dos funcionários, para ajustar os valores que são devidos pelo Estado, para ajustar os valores que o Estado repassa ao IPE, como a própria justificativa, lida pelo Deputado Paulo Maia, demonstra a forma de pagamento das pensões.

Então, Senhor Presidente, no nosso entendimento a palavra do Governador Roberto Requião, vale e está de pé, não está derubada! Ele ainda ontem nos pedia é que mantivéssemos este veto e que, de imediato iniciássemos as conversações, através das Comissões permanentes desta Casa, de Saúde, de Fiscalização, através do IPE, da Secretaria da Fazenda, da Administração, para vermos, realmente, a quantas se encontra este débito do Estado e de que maneira o Estado poderá encaminhar para a solução do problema.

Ele tem pedido a todos que lhe deem alguns dias de tempo, alguns dias de prazo, para que possa conhecer, na plenitude, as questões que hoje existem pendentes no Estado do Paraná!

Pediu isso aos servidores do IAPAR, da EMATER, do IPARDES, da Fundação Rádio e Televisão, da FAMEPAR, e a eles já apresentou uma solução, mesmo que emergente, mesmo que insuficiente, mas já apresentou uma solução na forma de um abono de 40%, e ao pessoal da EMATER na forma de um abono de 48,87%, fruto das medidas provisórias 292 e 295.

Ao pessoal das Universidades recomendou que viessem conversar com ele, preferiram o caminho da greve! O Governador disse que não conversaria, como não conversou! E hoje, o bom-senso no nosso entendimento, faz com que as Universidades retornem ao trabalho e no nosso entendimento, daqui para frente, estabelecer-se-á o diálogo e os caminhos do setor universitário também irão pelo rumo que todos os paranaenses pretendem.

A palavra do Governador Requião está

de pé e tenho certeza que o melhor caminho, nesta hora, é mantermos este ato e darmos a ele e a todos nós as condições para esclarecermos, de fato, a dívida do Estado com o IPE, a quantas andam as coisas que o Estado já repassou ao IPE, e em cima disso, junto com os Senhores Parlamentares, capitaneados pelo Deputado Antônio Annibelli, autor do Projeto, autor do Projeto do Hospital do Servidor Público, nós venhamos a conquistar o verdadeiro caminho para a solução deste problema. No nosso entendimento este caminho agora não passa pela manutenção da lei, pela derrubada do veto, pois, sem sombra de dúvida, não poderia esta lei, de pronto, ser cumprida pelo Senhor Governador.

Muito obrigado.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Talvez o meu discurso venha eivado de decepção com o gênero humano, e com os critérios de verdade que orientam a prática do poder, no Estado do Paraná.

Tivera eu falado antes do nobre Líder do Governo, a quem iria pedir que cumprisse anúncio de campanha do PMDB, que me informa a editoria da "Folha de Londrina", foi pago pelo comando de campanha do Senhor Roberto Requião, do qual participava o atual Secretário de Comunicação do Estado, jornalista Fábio Campana, quisera eu ter falado antes do Senhor Líder do Governo, porque aí falaria tudo então positivo, certamente esperando o voto favorável da Bancada do Governo, cumprindo palavra de Requião. "Nele você pode acreditar". Cumprindo um compromisso do Governador Requião, a volta dos recursos do Estado ao IPE e o melhor atendimento a todos os funcionários públicos, cumprindo palavra de Requião de Mello e Silva.

Triste momento esse que vive a Assembleia do Paraná. Testemunhamos todos a verdade pré-eleitoral e a verdade pós-eleitoral, testemunhamos todos o cofre sem prejuízo, o discurso à Suíça do Governador Álvaro Dias mês e meio atrás, dizendo que o Paraná não tinha dívidas, e testemunhamos agora a confissão pública da dívida de 400 milhões de cruzeiros, ou serão de dólares, com os cofres do Instituto de Previdência do Estado.

Vejo eu, de coração amargurado, muitas vezes, Deputados das Bancadas Trabalhistas votarem com o Governo; e vejo com o coração amargurado porque o vezo que ponho na minha prática política, que pomos nós, os Deputados de oposição, na nossa prática política ao Senhor Governador do Estado, não é vezo de antipatia pessoal, não é vezo de ódio gratuito. Ele é moço de Curitiba, o Governador Requião de Mello e Silva,

criança mesmo eu me acostumei a descobrir a maravilha do mundo nas vitrines da loja de suas tias, a Nacional, na Rua Quinze de Novembro; por que odiaria eu o Requião que conversava comigo no Country Club, ou que comigo passava noites de tertúlia na Praça da Ordem, quando aqueles bares boêmios lá começavam a se semear, odiaria eu de graça quando o mandamento cristão me manda amar o próximo, faria vezo por implicância, diria ao Cartário, ao Corazza, ao Silvestri: "Saíam dessa Bancada, sentem do lado de cá, votem com consciência, votem com os estatutos de Brizola", só por ódio ao Requião, por idiosincrasia curitibana? Que mistério esconde Curitiba para me fazer não votar com o Requião? O mistério da verdade que não é verdade, da verdade de um dia que é mentira no dia seguinte, do compromisso assinado com palavra empenhada que no outro dia já não é compromisso.

Ia o Senhor ao templo de Jerusalém, relata a Escritura, ver quem depositava óbolos na caixa de pecúlio que no Templo se mantinha. Vinham os poderosos, deitavam muito dinheiro, os banqueiros, os agiotas, os cambistas, e de tantas e tamanhas esmolas não se comoveu o Senhor. No entanto, relata o mesmo Evangelho, que foi com o óbolo da viúva que o coração do próprio Cristo se comoveu, dizendo que valia o centavo ali depositado, o centuplo no reino dos céus.

Ora, vota-se o óbolo da viúva, do viúvo, do trabalhador, vota-se os 8% que o empregador, Estado do Paraná, colocou compulsoriamente como desconto na folha salarial de todos os empregados; e agora não quer, e não pode pagar. Vota-se o direito do Estado de cobrar impostos do Ceranto, do Garcia, do Baggio, de quem quer que seja, por que como pode o Estado pedir que se cumpram as leis se o seu líder, na Assembleia, confessa em "mea culpa" dramático que não quer o Estado do Paraná cumprir a letra da lei?...

O veto do Senhor Governador Álvaro Dias sequer tem alegação legal ou constitucional: já que o projeto visa exatamente dar cumprimento ao Artigo 38 da Constituição do Estado do Paraná, que me lembro, de voto. O Pessuti votou aqui, na Mesa histórica aposta neste Plenário, na sessão de outubro de 1989. O veto não se baseou em circunstâncias contrárias ao interesse público, mesmo porque o pagamento de dívidas previdenciárias é dever e obrigação do Estado.

Cale-se qualquer Deputado do Governo neste Parlamento que ainda pense em falar de dívidas do INSS!

Cale-se qualquer Deputado que pretenda rótulo trabalhista, bandeira trabalhista, bandeira de defesa dos interesses dos trabalhadores no partido do Brizola, no PTB,

no PT, ou em qualquer partido democrático!

Se esta urna parir hoje a nefanda decisão de manter este veto de dias que passaram, abram-se os corações dos Deputados. Abram-se no sentido de perceber que o que o Deputado Annibelli pede é exatamente humano, é exatamente legal, é exatamente constitucional, é exatamente devido, é de responsabilidade pública!

Moderem-se os gastos do Estado, mas sejam ressarcidas todas as dívidas do Estado, sobretudo aquelas que, por obrigação da Lei, devem ser ressarcidas.

O Dr. Jaime Paciornick, Superintendente do IPE é homem honrado. O que propõe o Dr. Annibelli no seu projeto, vetado nos dias que passaram, é 180 prestações em quinze anos de pagamento, o ressarcimento ao IPE daquilo que o Estado deve. Não é nada que não se possa cumprir. Não é nada que não se possa pagar.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Líder do Governo, cujo caráter de moço educado com a capelania do padre jesuíta Gustavo Pereira, hoje se envergonha aqui nesta Assembléia com esta confissão de uma verdade que um dia é outro dia não é. Porque aprendemos no catecismo, nos Evangelhos, nos Mandamentos, que a Verdade é. Porque Deus mesmo quando se revelou, se revelou a Moisés dizendo: "Eu Sou o que Sou". Ele não se revelou dizendo: "Eu Sou quando Sou". Quem fala: "eu sou quando sou" é o tihoso, o mequetrefe, o belzebu, o satanás, o "príncipe das trevas". Verdade é Verdade.

E é verdade que o Estado deve ao IPE. É verdade que o Governador Requião assinou, na "Folha de Londrina", a sua palavra de homem honrado, de político sério. E sério. Sério. E sério. Assinou dizendo, palavras de Requião: "Nele você poder acreditar. A volta dos recursos do Estado ao IPE será cumprida no próximo Governo". Agora de repente, Senhores Deputados, vem o Líder do Governo falar de um compromisso fidalgo da criatura com o Criador, que tem que manter todos os vetos, sob pena de causar "frisson" na corte dos dias que passaram!

Ora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, venha a consciência dos Deputados do PMDB contemplar o Paraná com um gesto de grandeza e de fidalguia. Liberem o Governo Requião deste compromisso. Votem "NÃO" ao veto do Álvaro Dias. Liberem a sua bancada das engrenagens amarradas num outro presépio. Num presépio cujo nascimento já se deu, cuja crucificação já se processou, não há mais porque serem vaquinhos desse presépio. Vamos cortar o fio dessa engrenagem, vamos nos organizar, a Assembléia inteira, no respeito à lei, no respeito aos mandamentos cristãos, no respeito à Constituição do Estado do Paraná,

nunca um Não foi tão ansiado porque assim, daquela urna, nascendo ou não, nascerá um estado de direito legítimo, nascerá a própria autoridade do Governador Requião para pleitear, no futuro, por exemplo, o ingresso ou a aliança do PDT de Leonel Brizola.

Era isso!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ernani Pudell com a palavra.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

A eloquência dos oradores que me antecederam talvez até viesse dispensar a minha intervenção. Todavia eu quero apenas reforçar algumas colocações aqui feitas e acrescentar outras e fazer uma proposta política de entendimento nesta questão. Quero apenas lembrar que neste mesmo momento que o Estado, através do seu Governador, confessa a impossibilidade de pagamento de um débito para com o IPE, recentemente nós aprovamos nesta Casa uma lei sancionada pelo ilustre Governador colocando a obrigatoriedade de todos os servidores que ocupam cargo em Comissão em contribuir para os cofres do IPE. Essa mesma lei estabelece a possibilidade de opção também dos Parlamentares desta Casa em contribuir para o IPE. Todos nós sabemos que essa foi uma medida que teve a finalidade quase que exclusiva de reforçar o caixa daquele instituto, até porque todos nós sabemos que representantes em cargo de comissão ou mesmo Parlamentares jamais ficarão ou muito dificilmente ficarão por trinta anos contribuindo ao IPE para terem direito à sua aposentadoria, mais do que isso, a ausência de convênios legais que possibilitassem também a contagem desse tempo de contribuição na previdência social no INSS que é a previdência federal. Portanto, serão milhares e milhares de trabalhadores nesse Estado que irão contribuir para o Instituto de Previdência do Estado.

Os oradores que aqui me antecederam disseram muito bem. Esse projeto do Deputado Annibelli visava exclusivamente dar cumprimento ao dispositivo constitucional. Apenas lembrando que o regime democrático é o regime do império da lei, as cartas magnas jamais podem ser violadas, sob hipótese alguma, sob pena de nós abirmos um precedente para arbítrio, para a violência e para a ditadura, isso é uma regra de ouro que nós Parlamentares temos que empunhá-la, principalmente temos que fazer nosso proselitismo com a população para que ela se conscientize da importância desse importante preceito para a nossa democracia. Mais do que isso, os oradores que me antecederam estão cobrando a pala-

Curitiba, quarta, em 24.04.91

vra empenhada por um Governador que até hoje sempre foi respeitada exatamente por honrar aquilo que disse, e mais do que isso, acho que é chegado o momento definitivamente das elites neste País, em especial das elites dirigentes em sempre postergarem o cumprimento de suas obrigações para com a classe trabalhadora. Sempre nesse País quando se falou em resgatar uma dívida social, se alega que o País não tem condições, se alega as razões de Estado, mas poucas foram as atitudes efetivas que pudessem fazer cumprir os direitos dos trabalhadores.

É lamentável nesse Estado onde nós temos, também, o preço da carne com nota sendo diferente do preço da carne sem nota.

É lamentável que a esses não se combata com rudeza, esses que sangram os cofres públicos. É lamentável que passará para a história do Paraná o Governador Álvaro Dias, que na sua despedida neste Parlamento fez um discurso dizendo que sua maior obra foi a verdade e nesta verdade estava, segundo afirmações desse Governador, que entregava o Estado sem dívidas, para que imediatamente após a posse do seu sucessor, este Estado ser declarado Estado pré-falimentar.

Mais do que isso, o Líder do Governo diz aqui que não pode assumir dívidas de governos passados. De quem foram os Governos eleitos em 1982 e 1986, de que legenda foram eles?

Um governo que chegou ao poder embalado pela esperança popular, falando em mudanças, falando em respeito aos direitos humanos, falando em liberdade, falando em justiça social. Isso, nobres colegas, é algo que tem que ser pensado, mais do que isso é importante lembrar que o Governo Requião é sucessor direto, herdeiro da administração Álvaro Dias, que foi herdeiro da administração também do então peemedebista Senador José Richa.

Nesse sentido, Senhor Presidente, eu quero aqui fazer uma proposta que no meu entendimento contempla a preocupação da bancada governista e ao mesmo tempo assegura num determinado prazo o cumprimento desse dispositivo legal que é a preocupação do nobre colega Antônio Annibelli.

Eu quero aqui, Senhor Presidente, fazer uma proposta e eu tenho certeza que o Líder da bancada governista irá acatá-la. Que nós retiremos da pauta por quinze sessões este veto.

Neste meio tempo, nós estaremos permitindo ao Governador que faça os estudos, que solucione, crie a equação, faça as suas reflexões e descubra o modo em que ele poderá cumprir este dispositivo constitucional. Por quinze sessões ou até menos se for necessário, diríamos quinze

para que pudesse fazer todos os cálculos e aí nós ficaríamos com o compromisso de honra entre nós, ou o Governador envia neste prazo uma mensagem dando a sua equação para o pagamento dessa dívida ou então nós assumimos todos nós, nós que eu acredito nesta Casa, todos honram o fio de bigode e a palavra que empenham, eu acredito que aí nós, se isso não ocorrer, nós derrubaremos esse veto por unanimidade nesta Casa.

É uma proposta de composição política, talvez até não conste do Regimento, mas eu tenho certeza que é uma proposta que contempla, que vem de encontro ao papel maior deste Parlamento que é discutir e encontrar soluções para os problemas deste Estado e em especial para os problemas dos servidores.

Então eu quero aqui pedir a Vossa Excelência, Senhor Presidente, que, em acatando essa sugestão, consultando o Líder da bancada governista, nós adotemos essa solução de compromisso. Retiremos da pauta por quinze sessões este veto, neste meio tempo, o Governador poderá e através de Mensagem enviada a esta Casa, colocar a sua equação para o pagamento desse débito junto ao IPE e se isso não ocorrer neste prazo, ficaremos todos nós aqui, Parlamentares desta Casa com o compromisso de derrubar por unanimidade este veto apostado ao projeto de lei do nobre Deputado Annibelli.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrado o encaminhamento de votação. A Mesa transmite ao Deputado Orlando Pessuti, a solicitação do Deputado Ernani Pudell, para que se retire da Ordem do Dia por quinze sessões o veto apostado ao projeto do Deputado Antônio Annibelli.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, nós evidentemente não vamos ser contra essa medida que Vossa Excelência nos consulta, embora nós entendamos que, quanto mais nós protelarmos para resolver o assunto, mais prejuízos poderão estar sendo acarretados aos servidores públicos porque enquanto permanece o veto o Governo está, evidentemente, desobrigado de cumprir aquilo que a lei pretendia que fosse cumprida.

O SR. RAFAEL GRECA - Isso quer dizer que o Deputado vai votar pela derrubada do veto?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - São enigmas que perduram.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Senhor Presidente, pelas palavras do nobre

Líder Deputado Pessuti, eu entendi que, primeiro ele fez um apelo no sentido de que mantivéssemos o veto, alegando que o Governo não teve tempo suficiente para equacionar, para dar a sua solução para essa dívida e, segundo ele mesmo reconheceu, é um compromisso de campanha, palavra empenhada de um cidadão que merece o maior respeito de todos nós.

Neste sentido, a proposta que nós fizemos e apresentamos foi exatamente para possibilitar que então o Governador...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa tem mantido a tradição de sempre consultar o autor do Projeto. O Deputado Puddell e o Deputado Pessuti concordaram no adiamento.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Além do que, Senhor Presidente, no nosso entendimento, esse veto, pelo que estabelece a Constituição, já está mantido porque não foi apreciado dentro do prazo que recomenda o Regimento. Por isso, eu estou achando que nós estamos até chovendo no molhado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência está confundindo "alhos com bugalhos".

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Senhor Presidente, atendendo a vossa consulta, eu quero agradecer a todos os Senhores Deputados, porque me parece que chegamos a um denominador comum: a razão prevaleceu neste momento. Eu estou sensibilizado pela consciência de todos os partidos que falaram nesta Casa e dizer que, de acordo com o compromisso do Governador, de acordo com a palavra do Líder do Governo, de acordo com os companheiros que se revezaram na tribuna, e que eu, como autor desse projeto, com o aval da Assembléia na Legislatura passada, fico honrado com este acordo.

Eu tenho a certeza absoluta, e terei o máximo prazer que, no dia que chegar essa Mensagem a esta Assembléia, proposta pelo Governador Roberto Requião, eu serei o primeiro Deputado a subir à tribuna para agradecer o espírito democrático que eu conheço no Governador Roberto Requião e a palavra, que eu sei que ele tem e, se Deus quiser, irá cumpri-la.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu consulto Vossa Excelência sobre, em se retirando o veto por 15 dias, não expira o prazo legal e não se autoproclama a lei.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Essa alegação do Deputado Pessuti de que o

veto seria mantido automaticamente não existe. Sua Excelência confundiu "alhos com bugalhos". Nós vamos retirar o veto por 10 sessões de acordo com o que preceitua o Regimento Interno.

O SR. RAFAEL GRECA - Nesse tempo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a Constituição do Paraná e a consciência da Assembléia permanece prisioneira do arbítrio de um homem só, ou seja, o Governador Álvaro Dias. Para se libertar, para se alforriar a Constituição, é preciso que o Governador Roberto Requião se liberte do compromisso de que os Deputados das várias bancadas também dele se libertem e que, assim, possa o Paraná ver fluir um tempo novo, onde a verdade é servida antes da sobremesa, o lobo pode pastar junto com o cordeiro, e se arma um espaço novo em entendimento, onde a liberdade ilumina a História do Paraná.

Nós aguardamos ansiosos, democratas que somos, que se retire do xadrez, do xilindró, a Constituição do Paraná, aprisionada pela caneta de um homem só nesse veto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Retirado por 10 sessões o veto.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 10/91, que dá nova redação ao artigo 4º da Lei nº 4529 e ao artigo 7º da Lei nº 5515 (Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE). (Publ. no D.A. nº 04, de 18.02.91).

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 01 (uma) sessão, do Projeto de Lei nº 10/91. Aprovado.

O SR. ALBINO CORAZZA - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência tem que mencionar o artigo que está sendo violado.

O SR. ALBINO CORAZZA - Art. 188. Nós entregamos à Mesa uma Emenda modificativa do art. 2º, letra "f" e letra "g". Na letra "f" havia sido escrito "Conselho da Associação Comercial e Industrial do Paraná". Acontece que a denominação correta é "Federação das Associações Comerciais do Paraná", embora tivesse sido "Conselho", que está sendo discutida a alteração. E a letra "g" - Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas do Paraná. Havia sido omitida a palavra "pequenas".

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa a Vossa Excelência que o re-

querimento de Vossa Excelência está prejudicado, tendo em vista que o líder da Bancada de Vossa Excelência, Deputado Orlando Pessuti requereu o adiamento por uma Sessão.

O SR. ALBINO CORRAZA - Pergunto se essa emenda poderá ser apresentada quando o projeto voltar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Comissão é que vai decidir.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, hoje pela manhã, nós estivemos com Vossa Excelência e também o Deputado Annibelli, e ao constataremos algumas irregularidades ao nominar algumas instituições, ajustamos com essa Presidência e por isso apresentamos requerimento para que o projeto fosse retirado da Ordem do Dia por uma Sessão, retornando na segunda-feira, devidamente corrigido e essas ações estão sendo tomadas pela assessoria da Mesa, pelo Departamento Legislativo e nós acreditamos que na segunda-feira, poderemos votar esse projeto em redação final com as correções que se fazem necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o requerimento.

Os Senhores Deputados que aprovam, conservem-se como estão.

APROVADO.

Fica portanto, retirado da Ordem do Dia por 01 (uma) Sessão, o Projeto de Lei nº 10/91.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 82/91, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese e outros, que altera a alínea "a", do artigo 19 da Lei nº 4766, de 16 de novembro de 1963. (Funcionários - IPE). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., com emenda da Comissão de Finanças. (Publ. no D.A. nº 22, de 19.03.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 082/91

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Lourenço Fregonese, objetiva alterar a alínea "a", do Art. 19, da Lei nº 4766, de 16 de novembro de 1963.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental da Proposição em tela, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa, cumprindo a esta Comissão o dever de ressaltar a observância do princípio da igualdade pela iniciativa, preceituado no inciso I, do Art. 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil: "homens e mulheres são iguais em direitos e obriga-

ções", e no inciso III, do Art. 1º, da Carta Magna Estadual: "é objetivo do Estado a defesa da igualdade e o consequente combate a qualquer forma de discriminação".

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do Plano de Lei em apreciação, estando a matéria em condições de ser discutida e votada pelo egrégio Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 09.04.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

(a) VALDIR ROSSONI

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 082/91

Protocolo nº 2389/91

Autor: Deputado Lourenço Fregonese e outros.

Súmula: "Altera a alínea "a", do art. 19, da Lei nº 4766, de 16 de novembro de 1963.

P A R E C E R:

Na omissão da Carta Estadual, atual, sobre a inserção de Seção própria para a Previdência Social, no Capítulo I - Da Seguridade Social (TÍTULO VI - DA ORDEM SOCIAL), rege a matéria versada o que estabelece a Constituição Federal, no seu art. 201, V c/c o § 5º e art. 202: verbis. "Art. 201 - Os planos de previdência social, mediante contribuição, atenderão, nos termos da lei, a:

V - pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, obedecido o disposto no § 5º e no art. 202. (Grifamos).

A norma constitucional, pois, contempla como beneficiários o cônjuge de ambos os sexos, o companheiro ou companheira, e estende o benefício até os dependentes.

EMENDA

COMISSÃO DE FINANÇAS

Sob color de simetria e extensividade com a Carta Política de 1988, propomos uma simples adição ao Plano de Lei dos Ilustrados Parlamentares subscritores, na forma seguinte:

"Art. 1º - A alínea "a", do art. 19, da Lei nº 4766, de 16 de novembro de 1963, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 19 - São beneficiários obrigatórios:

a) o cônjuge, ou companheira(o) ou dependentes".

Ao Plenário, para apreciação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.04.91.

(a) DURVAL AMARAL

Presidente

(a) ALCEU SWAROWSKI

Relator

Apoiamto: Nelson Garcia, João Iensen, Mário Bezerra e Nilton César Servo.
Aprovado.

O SR. DR. ROSINHA - Pela ordem Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Sr. Presidente, ontem foi constituída uma Comissão, da qual Vossa Excelência me designou coordenador e creio que devo uma explicação a esta Casa de Leis. Estive em dois momentos na Casa Civil para poder marcar uma audiência com o Sr. Governador. No primeiro momento, o Deputado Caíto Quitana, Chefe da Casa Civil estava ausente, agendando um encontro comigo às 17h45m. Chegando lá fui informado que o Chefe da Casa Civil, Sr. Caíto Quitana estava em audiência com o Sr. Governador, não podendo me receber.

Informo a todos os demais Deputados da Comissão da qual fui designado coordenador, que novamente insistirei para a audiência ser confirmada para amanhã.

Era esse o esclarecimento que achei necessário ser dado neste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa aceita as explicações de Vossa Excelência, e se for necessário, tomará as providências para que a Comissão, liderada por Vossa Excelência, seja recebida.

A Mesa anuncia a presença do Embaixador de Cuba no salão nobre desta Casa e os Srs. Deputados que quiserem cumprimentá-lo, poderão fazê-lo.

Sobre a mesa, requerimento de n° 876, de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 882, de autoria da Sra. Deputada Emília Belinati, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 888, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. À Diretoria de Assistência ao Plenário para verificar as condições do Projeto.

A Mesa dará amanhã o resultado das averiguações que irá fazer sobre se o projeto pode constar da Ordem do Dia.

Requerimento de n° 883, de autoria dos Srs. Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha, Ovídio Constantino, constante do Expediente. Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de n° 887, de autoria dos Srs. Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha, Ovídio Constantino, constante do expediente. Ao Sr. 1° Secretário para providências.

Requerimento de n° 886, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 867, de autoria do Sr. Deputado Eurides Moura, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 868, 869 de autoria do Sr. Deputado João Preis, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 870, 871, 872 de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 877, 879, de autoria do Sr. Deputado César Silvestri, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 880, 881, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 873, 874, 875, de autoria do Sr. Deputado José Artur Ritti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 889, de autoria do Sr. Deputado Costenaro Neto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 866, de autoria do Sr. Deputado Albino Corazza, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

A Mesa solicita a permanência dos Srs. Deputados em Plenário e vai convidar o Embaixador de Cuba para vir cumprimentar os Srs. Deputados.

O SR. ERNANI PUDELL (Questão de Ordem) - Apenas lembrando que Vossa Excelência, na sessão de ontem, ficou de anunciar hoje a composição das Comissões Parlamentares de Inquérito da Saúde e Finanças Públicas. Então gostaríamos de saber esta composição.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A questão de Ordem de Vossa Excelência tem procedência. A Mesa, num gesto liberal, vai dar o prazo para as Lideranças até a Sessão de terça-feira. As Lideranças não o fazendo, a Mesa vai designar os Deputados.

O SR. ERNANI PUDELL (Questão de Ordem) -

Mais uma coisa, Excelência: gostaríamos de saber também como estão os contratos para instalação e funcionamento do painel eletrônico da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os contratos estão em ordem, o que não está em ordem é a instalação. A firma ficou de instalá-lo na quarta-feira e ainda não apareceu. Mas nós vamos diligenciar no sentido de que cumpra com o contrato.

O SR. ERNANI PUDELL - Obrigado, Excelência!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encontrá-se junto a Mesa o Embaixador da República de Cuba.

Solicito ao Sr. Deputado Paulo Maia para que faça a saudação deste Poder ao ilustre visitante.

O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nobre visitante Sua Excelência o Embaixador de Cuba, Jorge Bolognos, que neste momento dá a honra de sua visita a esta Casa de Leis do Paraná.

É motivo de satisfação tê-lo aqui, como é motivo de satisfação do Partido Socialista Brasileiro poder saudá-lo, devido o conhecimento do trabalho social que se desenvolve hoje naquela República. E queiramos poder ter neste País um dia, os exemplos da realidade que se vive em Cuba no campo da saúde, no campo da educação e na preocupação com o ser humano como meta principal.

Nobre Embaixador, Vossa Excelência, neste momento enobrece este Parlamento e, em nome do mesmo, o saudamos, agradecemos e esperamos ter as contribuições para que façamos no Paraná algo que exemplifique a magnitude e a grandiosidade deste Estado, como exemplos que merecem ser vistos, por este Estado e por este País, daquilo que se vive em Cuba.

Nós o saudamos, o cumprimentamos, como também ao Presidente Fidel Castro, em nome do Partido Socialista Brasileiro, em nome deste Parlamento, queremos desejar as boas vindas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em nome do PT, concedo a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Sr. Embaixador Jorge Alberto Bolognos Soares, Sra. Deputada, Srs. Deputados.

É com muita honra, que em nome do Partido dos Trabalhadores, queremos saudar o Embaixador de Cuba, que ora visita nosso Estado e a Assembléia Legislativa.

Como partido socialista que somos, co-

mo Partido de Trabalhadores e como partido que luta pela libertação da classe trabalhadora, pela independência dos trabalhadores, pela independência da América Latina, da América Central, nós do Partido dos Trabalhadores, não poderíamos deixar de saudá-lo, de saudar um embaixador de um País, que já em 1959, conquista a independência em relação ao imperialismo americano.

Nós do Partido dos Trabalhadores que queremos conquistar uma realidade socialista, uma realidade onde a classe trabalhadora tenha vida, tenha voz e tenha independência, nos sentimos orgulhosos com a visita do Senhor Embaixador.

Nós queremos dizer ao Sr. Embaixador que leve a nossa mensagem ao comandante Fidel Castro, de que, queremos com ele construir uma América Latina livre do imperialismo, uma América Latina livre da opressão, uma América Latina independente.

Nesses quinhentos anos de descoberta da América, queremos somar junto aos trabalhadores da América Central, da América Latina, e de todos os trabalhadores do mundo, para que possamos botar fim a toda opressão, exploração, botar fim a todo o sangue derramado por nossa América, que é vermelha do sangue dos trabalhadores, dos índios, dos negros e das minorias, das mulheres que aqui são massacradas, pelo capitalismo e pelo imperialismo americano e imperialismo internacional.

Agradecemos vossa presença e leve o nosso abraço, do Partido dos Trabalhadores, àquele povo que luta, e junto com ele nós queremos um dia conquistar a liberdade, a educação e a saúde nos patamares que hoje lá se encontram; quando aqui doente morre na rua; aposentado morre de fome, e nós não queremos isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra a Sua Excelência Embaixador Jorge Alberto Soares, e em seguida, Sua Excelência receberá os cumprimentos dos Senhores Deputados no salão nobre.

O SR. JORGE ALBERTO BOLOGNOS SOARES (Tradução da Taquígrafa)

Honorável Presidente, quisera em nome do meu Governo, em nome do meu povo, agradecer ao Senhor, aos amigos Deputados dos partidos socialistas, dos partidos dos trabalhadores, esta oportunidade e estas palavras que foram encaminhadas a esse meu povo e a oportunidade, honorável Presidente, que me oferece e através de Vossa Excelência, entrar em contato com os Srs. e à Senhora Deputada e aos Srs. Deputados do Paraná.

Minha visita ao Estado do Paraná tem o nobre propósito de oferecer, em nome do Governo do Cuba, em nome do povo cubano,

nossa disposição a colaborar, a cooperar com o Estado do Paraná, em todas aquelas áreas que possam ser de vossos interesses e onde nós, cubanos, temos alcançado alguns sucessos. Ao mesmo tempo, estamos colocando ao Governo do Paraná, ao Governador Requião, nosso interesse em aproveitar, também as experiências de vocês, paranaenses, nas áreas onde vocês têm logrado sucessos concretos e tangíveis.

Para mim, seria uma grande satisfação e uma grande honra, se nós, cubanos e paranaenses, pudéssemos atingir um estado de cooperação, de colaboração, beneficiando ambos os povos, e que ajudem modestamente a este processo nobre, grandioso e histórico, de integração latino-americana, que hoje tem movimento em todo o nosso continente, inclusive nas Ilhas do Caribe.

Quero agradecer-lhes sua bondade por esta interferência que estou fazendo em

Curitiba, quarta, em 24.04.91

sua sessão de trabalho, sua hospitalidade. E quero também desejar-lhes muito sucesso em seu trabalho diário, em favor do povo do Paraná. Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Srs. Deputados. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa agradece a presença do Sr. Embaixador e convida os Srs. Deputados a cumprimentá-lo, no Salão Nobre.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 82/91

Levanta-se a sessão.